

# RELATÓRIO DO BIÊNIO 2009 | 2010

Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul





Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul  
Parque dos Poderes, Bloco 13 - Campo Grande -  
[www.tjms.jus.br](http://www.tjms.jus.br)

---

Relatório do Biênio 2009-2010 / Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul  
Campo Grande: Tribunal de Justiça, 2010 - v.I, 80 p.

---

Realização  
Secretaria do Gabinete da Presidência  
Imagens  
Secretaria do Gabinete da Presidência  
Impressão  
Secretaria de Bens e Serviços

3  
RELATÓRIO  
DO BIÊNIO  
2009|2010

## Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul

### Gestão 2009/2010

De 2 de fevereiro de 2009 a 4 de julho de 2010

#### Presidente

Des. Elpídio Helvécio Chaves Martins

#### Vice-Presidente

Des. Paulo Alfeu Puccinelli

#### Corregedor-Geral de Justiça

Des. Josué de Oliveira

#### Diretora-Geral

Zelma Araújo Teixeira Munhoz

#### Juízes Auxiliares da Presidência

Vilson Bertelli

Elizabete Anache

Alexandre Corrêa Leite

#### Juiz Auxiliar da Vice-Presidência

Marcelo Câmara Rasslan

#### Juízes Auxiliares da Corregedoria-Geral de Justiça

Ruy Celso Barbosa Florence

Fábio Possik Salamene

### Gestão 2009/2010

De 5 de julho de 2010 a 31 de janeiro de 2011

#### Presidente

Des. Paulo Alfeu Puccinelli

#### Vice-Presidente

Des. João Batista da Costa Marques

#### Corregedor-Geral de Justiça

Des. Josué de Oliveira

#### Diretora-Geral

Zelma Araújo Teixeira Munhoz

#### Juízes Auxiliares da Presidência

Elizabete Anache

Marcelo Câmara Rasslan

Vitor Luís de Oliveira Guibo

#### Juiz Auxiliar da Vice-Presidência

Marcos José de Brito Rodrigues

#### Juízes Auxiliares da Corregedoria-Geral de Justiça

Ruy Celso Barbosa Florence

Fábio Possik Salamene

## Tribunal Pleno

Des. Rêmolo Letteriello  
Des. Rubens Bergonzi Bossay  
Des. Claudionor Miguel Abss Duarte  
Des. João Carlos Brandes Garcia  
Des. Oswaldo Rodrigues de Melo  
Des. Luiz Carlos Santini  
Des. Josué de Oliveira  
Des. Joenildo de Sousa Chaves  
Des. Atapoã da Costa Feliz  
Des. Hildebrando Coelho Neto  
Des. João Maria Lós  
Des. Divoncir Schreiner Maran  
Des. Paulo Alfeu Puccinelli  
Des. João Batista da Costa Marques  
Des<sup>a</sup>. Tânia Garcia de Freitas Borges  
Des. Paschoal Carmello Leandro  
Des<sup>a</sup>. Marilza Lúcia Fortes  
Des. Julizar Barbosa Trindade  
Des. Romero Osme Dias Lopes  
Des. Carlos Eduardo Contar  
Des. Sérgio Fernandes Martins  
Des. Sideni Soncini Pimentel  
Des. Dorival Renato Pavan  
Des. Vladimir Abreu da Silva  
Des. Luiz Tadeu Barbosa Silva  
Des. Fernando Mauro Moreira Marinho  
Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso  
Des. Dorival Moreira dos Santos  
Des. Marco André Nogueira Hanson  
Des. Manoel Mendes Carli

# Sumário

Apresentação .....	9
--------------------	---

<b>GESTÃO ADMINISTRATIVA .....</b>	<b>11</b>
Concursos selecionam magistrados e servidores para o judiciário de MS .....	12
Justiça Restaurativa é implantada no judiciário de MS .....	13
Judiciário de MS implanta novo expediente forense .....	14
TJMS disponibiliza link Transparência .....	15
Planejamento estratégico define ações para cinco anos em MS .....	16
TJ investe em treinamento e aperfeiçoamento de seu quadro funcional .....	17
Descartes destacam política de gestão documental em MS .....	18
Gestão ambiental é prioridade em ações do TJMS .....	19
Convênio entre TJMS e ACICG facilita conciliação extrajudicial .....	20
Judiciário de MS cria Coordenadoria da Infância e Juventude .....	21
Mutirões analisam situação carcerária em Mato Grosso do Sul .....	22
Novo regimento de custas agiliza e facilita procedimentos .....	23
Plano de Cargos, Carreira e Remuneração é simplificado .....	24
Assistentes sociais e Psicólogos estão presentes em 11 circunscrições de MS .....	25



<b>INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA .....</b>	<b>27</b>
Ampliação da infraestrutura melhora atendimento ao jurisdicionado .....	28
TJMS disponibiliza Consulta Virtual em plenários .....	30
TJMS amplia link de comunicação e instala rede sem fio .....	31
Criação de diversos sistemas eletrônicos traz automatização e rapidez .....	32
Sistema SCDPA é utilizado por todo poder judiciário estadual .....	34
TJMS disponibiliza versão do Portal para <i>smart phone</i> .....	35
Justiça de MS tem mais de 70% dos computadores atualizados .....	36
Domínio Único da rede do judiciário traz praticidade e melhorias .....	37
Resolução define planejamento de Tecnologia da Informação em MS .....	38
Nova Intranet facilita comunicação interna e valoriza servidor .....	39
Virtualização dos servidores de rede do judiciário otimiza espaço e gastos .....	40
Soluções de segurança dão mais proteção aos dados do judiciário .....	41
TJ testa solução para gravação em áudio e vídeo e transcrição eletrônica .....	42
Ponto eletrônico integra todas as comarcas de MS .....	43
Revista de jurisprudência e Legislações agora são <i>on-line</i> .....	44
Tabelas Unificadas são implantadas em Mato Grosso do Sul .....	45

## PRESTAÇÃO JURISDICIONAL ..... 47

Judiciário de MS destaca-se no cumprimento das Metas 2009 e 2010 .....	48
Mais de 700 mil processos são ajuizados na justiça de 1º grau .....	49
Justiça de 2º grau julga mais de 96 mil processos no biênio .....	50
Carga Programada beneficia operadores de direito em MS .....	51
Leilão eletrônico possibilita nova modalidade de pregão em MS.....	52
Justiça em Números mostra Judiciário de MS em destaque .....	53
Parcerias auxiliam Judiciário na prestação jurisdicional .....	54
TJ digitaliza comarcas e varas da justiça comum .....	55
TJMS implanta selo digital em serventias extrajudiciais .....	57
Tribunal de Justiça de MS aumenta quadro de julgadores .....	58
TJMS adota numeração única de processos .....	59
TJMS desenvolve ferramentas para facilitar coleta de dados estatísticos.....	60
Doze varas cíveis da Capital são desmembradas .....	61
Corregedoria realiza correções ordinárias em 191 serventias judiciais .....	62
Corregedoria desenvolve ações de destaque voltadas para o extrajudicial .....	63
Judiciário de MS instala Juizados da Fazenda Pública.....	64
Certidões negativas são emitidas gratuitamente pela internet.....	65



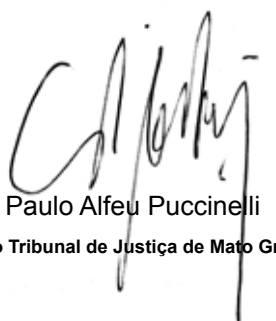
## EVENTOS DO BIÊNIO ..... 67

Judiciário de MS destaca-se na Semana da Conciliação em 2009 e 2010 .....	68
I Encontro do Fórum Nacional Fundiário é realizado em Campo Grande.....	69
MS sedia Encontro Nacional das Escolas do Judiciário.....	70
Poder Judiciário de MS comemora 30 anos de história .....	71
Pacijus: Campanhas presenteiam crianças e idosos carentes .....	72
Judiciário de MS promove Minicorrída .....	73
Judiciário de MS comemora 20 Anos dos Juizados Especiais.....	74
Audiência pública no TJMS debate novo Código de Processo Civil .....	75
Projeto “Cidadania, Direito de Todos” cadastra mais de mil índios em MS.....	76
Tribunal de Justiça de MS recebe inspeção do CNJ.....	77





# Apresentação



Paulo Alfeu Puccinelli

Presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça



# **GESTÃO ADMINISTRATIVA**



## Concursos selecionam magistrados e servidores para o judiciário de MS

Para melhor atender ao jurisdicionado de Mato Grosso do Sul, o judiciário estadual realiza concursos para prover o quadro funcional de servidores e da magistratura com novos componentes.

O V Concurso Público de Servidores do Poder Judiciário de MS, homologado no dia 1º de fevereiro de 2010, contou com 28.878 candidatos inscritos, dos quais 7.186 foram aprovados.

A convocação dos aprovados está sendo gradativa, conforme a disponibilidade financeira.

No XXIX Concurso para a Magistratura, cuja prova objetiva foi realizada em abril de 2010, 2.130 pessoas se inscreveram e concorrem a 23 vagas para o cargo de juiz substituto. A primeira fase foi realizada pela Fundação Carlos Chagas e as fases subseqüentes pelo TJMS. O concurso está em andamento e 15 candidatos ainda participam da seleção.

**Seleção de Estagiários** - Em 2010 foi realizado o primeiro processo seletivo de estagiários

de outras áreas, diferentes do Direito. Anteriormente, a seleção era feita por meio de análise curricular e entrevistas realizadas pela Secretaria de Gestão de Pessoal.

A partir de agora, a divulgação das informações sobre a seleção e a inscrição são feitas por meio da internet, o que garante maior transparência ao processo e acessibilidade aos candidatos, comprovadas pela elevada procura por parte dos acadêmicos. Realizada no dia 25 de abril de 2010, a prova da seleção contou com mais de mil acadêmicos inscritos e, destes, 431 foram aprovados, dos quais 3 são portadores de necessidades especiais.

No processo seletivo realizado em 2009 para estagiários do curso de Direito, 788 acadêmicos se inscreveram, dos quais 209 foram aprovados. Além do aprendizado, é oferecida ao estagiário uma das melhores experiências de trabalho do Estado.

# 7.186

aprovados no V  
Concurso Público  
de Servidores

# 2.130

inscritos no XXIX  
Concurso para a  
Magistratura

# Justiça Restaurativa é implantada no judiciário de MS

O Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul implantou neste biênio o Programa de Atendimento da Justiça Restaurativa (PAJUR). Regulamentada por resolução publicada em setembro de 2010, a prática foi implantada pelo Coordenador da Infância, Des. Joenildo de Sousa Chaves, e executada pelo juiz Danilo Burin, titular da Vara da Infância e da Juventude de Campo Grande.

A Justiça Restaurativa consiste em promover um novo modelo de justiça voltado para as relações prejudicadas por situações de violência, que envolvem o autor do ato infracional e a vítima, seus familiares, a comunidade e, ao mesmo tempo, valoriza a autonomia e o diálogo, e cria oportunidades para que as pessoas envolvidas no conflito conversem e entendam a real causa do problema, a fim de restaurar a harmonia e o equilíbrio entre todos.

Pela resolução, o PAJUR consiste no modelo de Justiça participativa, com a finalidade de proporcionar maior efetividade em relação às medidas sócio-educativas no juizado da Infância e Juventude e na justiça comum, de contribuir com a garantia dos direitos humanos do autor do ato infracional e da vítima, seus familiares e a comunidade, bem como promover a cultura pela paz social.

Os profissionais envolvidos no Programa de Atendimento da Justiça Restaurativa, vão cuidar da efetivação das medidas definidas nos artigos 62 e 63 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em especial adotando medidas para valorização do ensino e, conforme a idade, do labor, sem prejuízo de outras medidas que visem a proteção do adolescente infrator, da vítima, dos familiares e da sociedade.



# Judiciário de MS implanta novo expediente forense

Desde o dia 1º de setembro de 2010 o expediente dos servidores dos cartórios judiciais do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul está concentrado no período vespertino, estendendo-se das 12 às 19 horas. A alteração, em caráter experimental, excepcional e emergencial, deve vigorar até o dia 28 de fevereiro de 2011.

A medida foi necessária diante da necessidade de adoção de providências que possibilitassem a redução de despesas. A concentração da força de trabalho em sete horas consecutivas de expediente forense representa, pelo menos, 30% de economia no custo operacional da máquina judiciária. Além disso, o Poder Judiciário disponibiliza serviços via WEB que dispensam a presença das partes e dos advogados nos cartórios, tais como o sistema PUSH, o processo virtual, o portal *Mobile*, entre outros, possibilitando o acesso às informações sobre andamento dos feitos em tempo integral, inclusive sábados, domingos e feriados.

Nesse período, o atendimento à população e aos advogados continua a ser feito na parte da manhã por meio dos Postos de Atendimento ao Cidadão (PACs) ou, onde não houver o PAC, de servidor designado pelos diretores dos foros para tanto.

O serviço de protocolo e distribuição passa a contar com uma hora a mais de atendimento, prestigiando assim a população e atendendo o anseio dos advogados.

Ainda assim, a continuidade do serviço está preservada, já que autoriza o funcionamento, em período integral, dos gabinetes dos desembargadores e juizes, e das que dão suporte ao funcionamento das seções matutinas do Tribunal de Justiça.

O regime de plantão permanente, em 1º e 2º graus de jurisdição, funciona diariamente das 19 horas até as 12 horas do dia seguinte e, integralmente, nos sábados, domingos e feriados, e ainda nas hipóteses de suspensão do expediente. No período matutino (das 8 às 12 horas) o plantão é presencial ou, onde houver, prestado pelo PAC.





## TJMS disponibiliza *link* Transparência

Desde o dia 4 de fevereiro de 2010 está disponível no portal do Tribunal de Justiça de MS o *link* Transparência. Os dados demonstrados foram definidos na Resolução nº 79, de 9 de junho de 2009, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

No *link* estão disponibilizados os relatórios de pagamento a fornecedores, as receitas arrecadadas, os relatórios trimestrais de gestão fiscal, a relação de veículos oficiais e o conteúdo referente à Resolução nº 102 do CNJ.

Esta resolução foi editada com o objetivo de complementar a Resolução nº 79, e definiu que os dados sejam expostos com mais detalhes, abrangendo mais informações como salários, estrutura remuneratória, origem funcional dos ocupantes dos cargos em comissão; quantitativo de servidores e relação de membros da magistratura, demais agentes públicos e empregados não integrantes do quadro próprio em exercício no órgão.

**Apresentação** - O *link* Transparência é um canal de acesso a informações administrativas, financeiras e orçamentárias do Poder Judiciário de MS.

Como uma das metas da atual administração contemplada no Planejamento Estratégico 2010/2014 e aprovado pela Resolução nº 562, de 9 de dezembro de 2009, o *link* Transparência está alicerçado nos princípios inerentes à administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

O *link* está em permanente aperfeiçoamento e adequação às novas exigências legais, visando atender as necessidades das demandas internas e externas.

# Planejamento estratégico

## define ações para cinco anos em MS



No dia 11 de dezembro de 2009 o Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul publicou seu planejamento estratégico para o quinquênio 2010-2014. A norma foi aprovada pelo Tribunal Pleno do TJMS em consonância com a Resolução 70, de 18 de março de 2009, do Conselho Nacional de Justiça, que determina aos tribunais brasileiros a elaboração de seus planejamentos estratégicos para um período mínimo de 5 (cinco) anos, alinhados ao Plano Estratégico Nacional.

A resolução atende à necessidade de implementar as diretrizes que irão nortear as ações institucionais de curto, médio e longo prazos no Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, as quais propiciarão continuidade administrativa, por intermédio do planejamento estratégico.

Os planos de gestão, metas, projetos e ações decorrentes do Planejamento Estratégico e seus resultados serão avaliados e revistos periodicamente, com o fim de identificar e antecipar estratégias, assim como as necessidades institucionais.

O Planejamento Estratégico é um processo de formulação de estratégias organizacionais no qual se busca a inserção da organização e de sua missão no ambiente em que atua. O planejamento deve maximizar os resultados e minimizar as deficiências utilizando princípios de maior eficiência, eficácia e efetividade, sendo os principais critérios de avaliação da gestão.

Este planejamento tem como finalidade demonstrar as principais diretrizes de atuação administrativa, onde estão contempladas as mais relevantes, como: missão, valores, visão, objetivos estratégicos e as metas. Com isto o judiciário de Mato Grosso do Sul objetiva cumprir o princípio da eficiência (art. 37, caput, da Constituição Federal), que é um princípio constitucional, que, juntamente com outros de igual importância, direciona a administração pública.



# TJ investe em **treinamento e aperfeiçoamento** de seu quadro funcional

Ao longo do biênio 2009/2010 a Secretaria da Escola do Servidor (SES) promoveu a realização de 525 capacitações em diversas áreas de atuação. Foram 74 cursos na área de qualidade; 66 na área de gestão e 134 capacitações técnico-administrativas. Além disso, a SES promoveu 75 treinamentos na área de Tecnologia da Informação, 171 cursos sobre procedimentos e rotinas do judiciário além de três cursos sobre responsabilidade social e dois treinamentos sobre Direito e Legislação, obtendo um total de 12.582 participantes.

Em 2010 a SES desenvolveu seu próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVASES), que começará a ser utilizado para os cursos EAD de 2011. Para criar o ambiente virtual foi utilizado o sistema "Moodle", plataforma de aprendizagem a distância baseada em *software* livre, o qual é um gerenciador de atividades educacionais que visa a criação de comunidades *on-line* em ambientes virtuais para

a aprendizagem e está disponível gratuitamente pela rede mundial de computadores.

Com o objetivo de melhorar a qualidade técnica e as relações entre as categorias no ambiente de trabalho, a SES promoveu cinco encontros anuais: o Encontro de Escrivães e Chefes de Cartório, de Secretários e Diretores de Administração, de Assistentes Sociais e Psicólogos, de Oficiais de Justiça e o Encontro dos Juizados Especiais. No ano de 2009 a Secretaria da Escola do Servidor promoveu o I Encontro Nacional de Escolas de Treinamento e RH dos Tribunais Estaduais.

No biênio 2009/2010 foram avaliadas 207 ações de capacitação e treinamento, com um total de 3.183 servidores participantes. Foram tabulados e analisados 4.692 Relatórios de Avaliação de Impacto de Treinamento (RAIT), referentes às opiniões dos servidores e gestores imediatos. As ações validadas representam um índice de 99% do universo de ações de capacitação avaliadas, cujos resultados demonstraram que as ações de treinamento alcançaram, no mínimo, 60% de satisfação.

# Descartes destacam política de gestão documental em MS

A administração do biênio 2009/2010 instituiu a Política de Gestão Documental do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul. A adoção da medida considerou a necessidade de normatizar os procedimentos de arquivamentos, desarquivamentos, empréstimos, devoluções, organização, conservação e eliminação de documentos administrativos gerados ou recebidos pela justiça sul-mato-grossense.

Pela norma, todos os documentos são classificados como: Guarda Eventual (GE), Guarda Temporária (GT) e ainda os documentos de Guarda Permanente (GP).

A política permite eliminar documentos que sobrecarregam os espaços físicos nas comarcas do interior do Estado e na Capital de processos com temporalidade cumprida e que podem ser automaticamente eliminados.

**Descarte** - Durante a gestão foram descartadas mais de 43 toneladas de papel de processos de sete juizados de Campo Grande e também dos juizados das comarcas de Aquidauana, Inocência, Nioaque, Mundo Novo, Bataiporã, Três Lagoas, Miranda e Porto Murtinho.

A eliminação dos autos permite reduzir os elevados custos gastos na construção, aluguel e manutenção de prédios para o armazenamento de ações judiciais transitadas em julgado e também garante a destinação do material para a reciclagem.

Mais de  
**43 ton.**  
de papel foram descartadas  
durante o biênio 2009-2010



# Gestão ambiental é prioridade em ações do TJMS

Levando em conta a Recomendação nº 11, do Conselho Nacional de Justiça, a qual orientou os tribunais para adotarem políticas públicas em prol do meio ambiente, em junho de 2009 foi criada a Comissão de Gestão Ambiental do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, com a finalidade de instituir o Sistema de Gestão Ambiental, ato regulamentado por meio da Portaria nº 192, de 5 de outubro de 2009.

O Sistema de Gestão fundamenta-se no tripé básico da sustentabilidade: ambiental, socialmente correto, economicamente viável. O intuito é sensibilizar e incentivar os servidores à adoção de uma postura ecologicamente responsável. Além de estabelecer esta postura, o sistema tem como um de seus grandes focos do trabalho a redução de despesas no judiciário, atendendo necessidades ilimitadas com recursos limitados.

Seus objetivos são reduzir o consumo de papel, por meio da utilização da comunicação eletrônica entre as unidades do judiciário, pelo programa SCDPA (Sistema de Controle de Documentos e Processos Administrativos), além de implantar gradativamente o uso do papel não clorado ou reciclado, tanto para as atividades administrativas quanto para os documentos judiciais. Objetiva, também, evitar as impressões desnecessárias, e

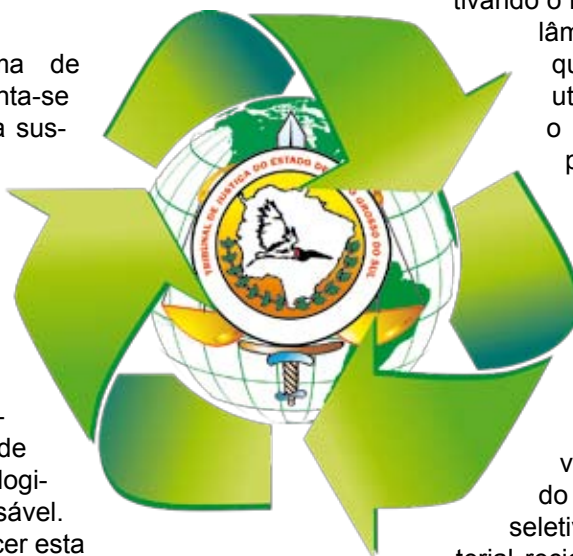
adotar obrigatoriamente a impressão em frente e verso.

Consta no programa a implantação gradativa de capas permanentes e reaproveitáveis para os processos; reduzir o consumo de copos descartáveis e, para tanto, copos de material durável serão entregues aos servidores; reduzir o gasto com energia elétrica, incen-

tivando o hábito de apagar as lâmpadas em locais que não estão sendo utilizados; e reduzir o consumo de água, por meio do monitoramento mensal de consumo e manutenção das instalações hidráulicas dos prédios do poder judiciário.

Também está prevista a implantação do sistema de coleta seletiva, em que o material reciclado será doado a instituições beneficentes, além de campanhas, palestras e material de divulgação que incentivem à adoção de atitudes ambientalmente corretas.

**Portal** - No dia 7 de junho de 2010 foi lançado o portal da Ecogestão, local onde é possível acompanhar as ações, projetos, dicas, *links* e até depoimentos do que está sendo desenvolvido em prol do meio ambiente no judiciário de MS.



# Convênio entre TJMS e ACICG facilita conciliação extrajudicial

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS) e a Associação Comercial e Industrial de Campo Grande (ACICG) firmaram, no mês de setembro de 2009, uma parceria para implantação de um Posto de Atendimento e Conciliação Extraprocessual (PACE).

Pelo acordo, o Tribunal de Justiça treina os conciliadores e facilita a homologação judicial dos acordos. A finalidade da parceria é realizar atendimentos e audiências de tentativa de conciliação extraprocessual, com posterior homologação judicial dos acordos obtidos, garantindo amplo acesso à justiça, contribuindo com a solução de conflitos e com a pacificação social.

Na prática, o cidadão que teve seu nome enviado ao SPC, por exemplo, procura o posto de atendimento em bus-

ca de acordo. Os conciliadores tentam a composição entre as partes e, se positiva, um juiz homologa o acordo. Isso contribui para que as partes tenham celeridade na resolução de seus conflitos e evita que novas demandas ingressem no Judiciário. Quando o atendimento não pode ser realizado pelo Posto de Atendimento, as partes são encaminhadas aos órgãos de justiça competente.

A parceria representa um avanço na tentativa de cumprir a aspiração da Justiça Nacional, que busca evitar a judicialização dos conflitos. Com a medida, que atende um anseio do Conselho Nacional de Justiça, evita-se que inúmeros processos sejam instaurados, bem como agiliza a solução das crises sociais, com rapidez e sem os entraves do processo judicial.



# Judiciário de MS cria Coordenadoria da Infância e Juventude

O Tribunal de Justiça instituiu, no mês de março de 2010, a Coordenadoria da Infância e da Juventude em Mato Grosso do Sul. A medida foi adotada nos termos da Resolução nº 94/09, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), considerando-se a prioridade das políticas de atendimento à infância e à juventude, preconizada pelo art. 227 da Constituição Federal.

Assim, ficou criada a Coordenadoria da Infância e da Juventude, como órgão permanente de assessoria da presidência do Tribunal de Justiça, com a finalidade de elaborar e executar as políticas públicas relativas à infância e à juventude, sob o comando do Des. Joenildo de Sousa Chaves, atual presidente da Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude (Abraminj).

Para atuar como juízes auxiliares da Coordenadoria foram indicados os juízes Katy Braun do Prado, da Vara da Infância, da Juventude e do Idoso de Campo Grande; Zaloar Murat Martins de Souza, da Vara da Infância e Juventude de Dourados; e Maria Isabel de Matos Rocha, da Vara de Fazenda Pública e Registros Públicos da Capital.

Dentre as atribuições da coordenadoria estão elaborar sugestões para o aprimoramento da estrutura do Judiciário na área da infância e da juventude; dar suporte aos magistrados, aos servidores

e às equipes multiprofissionais visando à melhoria da prestação jurisdicional; promover a articulação interna e externa da Justiça da Infância e da Juventude com outros órgãos governamentais e não-governamentais; colaborar para a formação inicial, continuada e especializada de magistrados e servidores na área da infância e da juventude e exercer as atribuições da gestão estadual dos Cadastros Nacionais da Infância e Juventude.

**Ações** – Dentre as atividades desenvolvidas pela Coordenadoria, duas merecem destaque: o apoio na realização do XV Encontro Nacional de Apoio à Adoção (Enapa), maior evento sobre adoção da América do Sul; e a implantação do Programa de Atendimento da Justiça Restaurativa, um novo modelo de justiça voltada para as relações prejudicadas por situações de violência, com a valorização do diálogo.

Merece destaque também o apoio da Coordenadoria, mediante campanhas de divulgação e distribuição de cartilhas do Projeto Padrinho, uma iniciativa premiada nacionalmente no concurso da Campanha Mude um Destino, promovida pela Associação dos Magistrados Brasileiros em 2007; e a intercomunicação permanente com as Varas de Infância e seus profissionais divulgando iniciativas, projetos e recomendações do CNJ.



# Mutirões analisam situação carcerária em Mato Grosso do Sul



De agosto a novembro de 2009 a situação carcerária esteve em destaque no judiciário de Mato Grosso do Sul. Foram 90 dias de trabalho do mutirão carcerário do Conselho Nacional de Justiça nas Comarcas de Campo Grande, Dourados, Corumbá, Naviraí, Ponta Porã, Três Lagoas e Paranaíba.

Nesse período, juízes trabalharam exaustivamente para reexaminar os processos de presos provisórios e condenados, inclusive vislumbrando a possibilidade de conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos; reexaminar processos de cumpridores de medidas de segurança; processos de cumpridores de medidas restritivas de liberdade, provisórias e definitivas, aplicadas pela Varas da Infância e da Juventude; além de processos de presos pendentes de recambiamento, provisórios e condenados, para que sejam imediatamente recambiados os que são de outros Estados.

Durante os três meses de trabalho foram analisados cerca de 8.500 processos, com 1.700 benefícios - destes 500 com presos provisórios e 1.200 com presos condenados. Em uma análise final, um dos pontos encontrados pelos magistrados foi a precariedade dos estabelecimentos penais. Com o raio-x traçado do

sistema carcerário estadual, a Corregedoria-Geral de Justiça detectou o que pode ser melhorado no aspecto processual.

**Mutirões** – A partir de fevereiro de 2010, começaram novas etapas do Mutirão Carcerário em âmbito estadual. Em princípio, o trabalho foi realizado nas cidades que não foram visitadas pela equipe em 2009. Nesta etapa foram contempladas as Comarcas de Amambai, Aquidauana, Cassilândia, Bataguassu, Dois Irmãos do Buriti, Jardim e Rio Brillhante.

**Grupo de Monitoramento** – Em novembro de 2009 foi constituído o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário em MS. Entre as atribuições, os membros do grupo devem implantar e manter as metas do Projeto Começar de Novo, do Conselho Nacional de Justiça.

O grupo também tem a função de planejar e coordenar os mutirões carcerários que devem ocorrer periodicamente na justiça estadual. As irregularidades constatadas nas inspeções dos estabelecimentos penais são acompanhadas pelo grupo, que também deve propor soluções para problemas da superlotação, por exemplo, além de acompanhar projetos de construções e ampliações de presídios em Mato Grosso do Sul.

# Novo regimento de custas agiliza e facilita procedimentos

Em vigor desde fevereiro de 2010, o novo regimento de custas do Poder Judiciário de MS simplificou os procedimentos nos cartórios.

Os valores da nova tabela de custas estão inseridos no sistema Sistema de Automação da Justiça (SAJ) em todas as comarcas, o que elimina a possibilidade de erros e reduz o serviço no cartório, pois já é feito o cálculo no ato da distribuição, podendo haver a exigência de complementação no caso em que o magistrado determinar a majoração do valor atribuído à causa.

A Lei Estadual nº 3.779/09, publicada em 12 de novembro de 2009, alterou significativamente as regras acerca do recolhimento de custas, simplificando a sistemática, passando a ser exigido apenas um valor na propositura da ação, conforme o previsto nas tabelas anexas à norma.

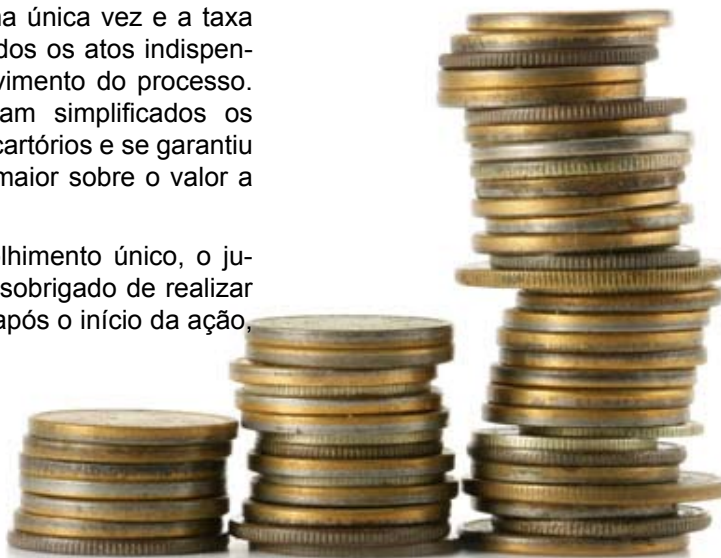
A nova sistemática facilitou os trabalhos, permitindo que a exigência de custas seja feita uma única vez e a taxa judiciária abranja todos os atos indispensáveis ao desenvolvimento do processo. Desta maneira, foram simplificados os procedimentos nos cartórios e se garantiu uma transparência maior sobre o valor a ser pago.

Com o recolhimento único, o jurisdicionado está desobrigado de realizar novos pagamentos após o início da ação,

tais como custas intermediárias e custas finais. Na fase de cumprimento de sentença, o recolhimento de custas também foi abolido, contemplando um anseio antigo e um ponto criticado pela classe dos advogados.

Assim, o processo ganhou em celeridade, pois não há mais tarefas, por parte dos cartórios, como a intimação das partes, durante o andamento dos processos para recolher valores e, também, ficou dispensado o manuseio dos processos para apurar o valor da taxa judiciária.

Acrescenta-se, ainda, que foi extinta também a fase processual de remessa dos processos para cálculo de custas finais, porque, pela simplificação, com o número do processo é possível acessar o sistema, de modo que o cálculo já estará finalizado, bastando apenas o comando para a impressão da guia e do boleto bancário.



# Plano de Cargos, Carreira e Remuneração é simplificado

O Plano de Cargos, Carreira e Remuneração e o Estatuto dos Servidores do Poder Judiciário de MS foram alterados no mês de maio de 2009. Em linhas gerais, a atual administração propôs a modificação da nomenclatura de alguns cargos, a extinção e a transformação de outros e, ainda, o plano de recuperação salarial com aumentos diferenciados para algumas categorias funcionais, em especial para o técnico judiciário, escrevente e oficial de justiça.

A meta foi simplificar o Plano de Cargos e de Carreira existente, diminuir o número de categorias funcionais e facilitar o entendimento da tabela de retribuição pecuniária, para sedimentar o quadro de pessoal e a estrutura hierárquica do Poder Judiciário, que tem passado por inúmeras transformações.

**Nomenclatura** – As alterações na nomenclatura do cargo efetivo objetivaram aproximar a carreira estadual à carreira do Poder Judiciário Federal, seguin-

do-se orientação do CNJ neste sentido. A inovação é a criação do analista judiciário na atividade fim (bacharel em Direito) e na atividade meio (qualquer formação de nível superior), e ainda a divisão do analista judiciário da área fim em serviços internos (dentro das serventias e das unidades administrativas) e em serviços externos (cumprimento de mandado).

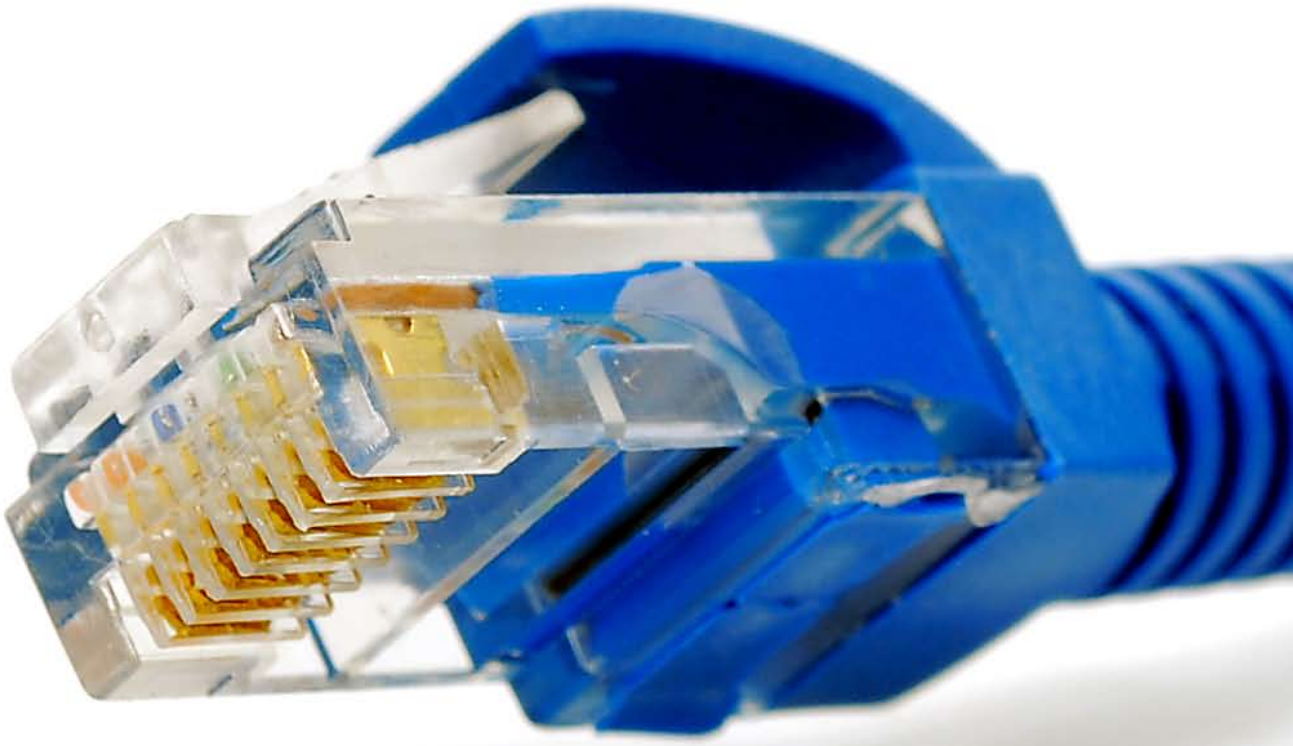
**Licença** - Desde março de 2009 o tempo de licença maternidade no Poder Judiciário sul-mato-grossense foi prorrogado de 120 para 180 dias. A medida, aprovada pela Comissão de Organização Judiciária e Legislação, já beneficiou dezenas de magistradas e servidoras gestantes.

A proposta alcançou também os pais, que tiveram estendido de cinco para 15 dias o período de licença paternidade.









3



# INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA

# Ampliação da infraestrutura melhora atendimento ao jurisdicionado

No biênio 2009/2010, a administração do Poder Judiciário investiu no setor de infraestrutura para melhorar as condições de trabalho de servidores e as instalações para o atendimento ao jurisdicionado. As reformas e construções são uma forma de adequação à crescente demanda da justiça sul-mato-grossense. A estrutura física de diversos prédios da justiça estadual foi ampliada para comportar as exigências da sociedade de Mato Grosso do Sul.

Para execução dessas obras, em muitos casos, o Tribunal de Justiça

estabeleceu convênios com os governos estadual e municipal. Em outros casos, as despesas foram sanadas com recursos do Fundo Especial para Instalação, Desenvolvimento e Aperfeiçoamento dos Juizados Cíveis e Criminais (Funjecc).

As duas maiores construções neste biênio foram o prédio do Fórum de Três Lagoas e o anexo do Tribunal de Justiça. Inaugurado no dia 5 de fevereiro de 2010, o novo prédio do Fórum de Três Lagoas tem capacidade para instalação de 10 varas e isto significa 4.140,04 m<sup>2</sup> do prédio principal com três pavimentos, além dos 225,00 m<sup>2</sup> do arquivo geral existente.

Nas modernas e amplas instala-

ções do novo Fórum, a acessibilidade foi preocupação fundamental e, em razão disso, foram construídas rampas nos acessos e no interior do prédio para os pavimentos superiores, além de elevadores. Outra preocupação foi a segurança dos magistrados, que têm entrada e estacionamento exclusivos, elevador para seus gabinetes estrategicamente localizado próximo ao

plenário do Tribunal do Júri, cuja capacidade é para 100 pessoas sentadas, e acessos independentes.

Com 4.616,11 m<sup>2</sup> de área, o anexo do Tribunal de Justiça foi construído ao lado do prédio já existente para ter subsolo, piso tér-

reo e superior, que se estenderá sobre o estacionamento atual por meio de pilotis (construção baseada na sustentação de uma edificação por meio de pilares ou colunas em seu pavimento térreo).

O subsolo abrigará um estacionamento, um depósito para o Centro de Processamento de Dados e uma subestação de energia. No térreo estarão a Secretaria Judiciária e Vice-Presidência e no piso superior estarão as secretarias de Controle Interno, de Planejamento e Gestão Estratégica; de Obras; dos Juizados Especiais; de Tecnologia da Informação, além da Biblioteca e das demais salas que serão ocupadas futuramente.



## Relatório de obras e serviços - 2009/2010

COMARCA OU LOCAL	SERVIÇO EXECUTADO	ÁREAS (M²)		INÍCIO DA OBRA	ENTREGA/ PREVISÃO
		CONSTRUÇÃO/ AMPLIAÇÃO	REFORMA		
Três Lagoas	Construção do prédio para Comarca de 2ª entrância	4.365,04	-	Dez-07	Dez-09
Dourados	Construção do anexo do prédio do Fórum	2.652,32	-	Out-08	Jun-10
Tribunal de Justiça / Gabinetes	Implantação de sistema de segurança externa	144,50	3.853,64	Nov-08	Jul-09
Tribunal de Justiça - Anexo	Construção do anexo do prédio da Secretaria do Tribunal de Justiça	4.616,11	-	Jul-09	Fev-11
Água Clara	Construção do prédio para Comarca de 1ª entrância	942,30	-	Set-09	Dez-10
Bonito	Construção do prédio para Comarca de 2ª entrância	1.146,50	-	Ago-09	Nov-10
Mundo Novo	Construção do prédio para Comarca de 2ª entrância.	1.146,50	-	Ago-09	Dez-10
Gabinetes dos Desembargadores	Melhoria da infraestrutura de cabeamento estruturado	-	-	Jun-09	Jul-09
Campo Grande - Fórum	Adequação das instalações elétricas e substituição de luminárias do saguão	-	746,00	Mar-09	Mai-09
Campo Grande - Fórum	Adequação das instalações elétricas	-	-	Jun-09	Out-09
Campo Grande - 8º e 9º Juizado	Adaptação para abrigar a 8ª vara do juizado itinerante e a 9ª vara do juizado de trânsito	-	537,84	Jul-09	Set-09
Campo Grande - Fórum	Adequação da entrada principal, reparos e pintura externa	-	23.300,00	Nov-09	Abr-10
Caarapó	Reforma geral do prédio do Fórum com ampliação para instalação da 2ª vara	183,00	536,00	Mar-10	Jan-11
Bataiporã	Reforma geral do prédio do Fórum com ampliação para arquivo	72,00	530,34	Jun-10	Jan-11
Bela Vista	Reforma geral do prédio do Fórum, com ampliação para arquivo	72,00	522,00	Jul-10	Fev-11
Fátima do Sul	Pintura e reparos	-	1.090,61	Jul-10	Dez-10
Campo Grande - Juizado Central*	Reparos na cobertura	-	-	Nov-10	Jan-11
Campo Grande - Fórum	Reparos da infraestrutura de cabeamento estruturado	-	-	Dez-10	Jan-11
Aquidauana	Pintura e reparos	-	1.393,21	Dez-10	Mar-11
<b>Totais</b>	<b>19 Intervenções</b>	<b>15.340,27</b>	<b>31.116,43</b>		

## TJMS disponibiliza Consulta Virtual em plenários



No dia 23 de junho de 2010 mais uma medida audaciosa foi posta em prática: a cada um dos 31 desembargadores do Tribunal Pleno foi disponibilizado um *notebook*, de forma permanente em plenário, para consultas de jurisprudências, legislações infraconstitucionais, estaduais e internas, como o Código de Organização e Divisão Judiciárias (CODJ) e o Regimento Interno.

Todos os *notebooks* possuem o Sistema de Automação da Justiça (SAJ), permitindo que os desembargadores façam os julgamentos *on-line*. A intenção é disponibilizar nos plenários todas as facilidades já utilizadas nos gabinetes e, conseqüentemente, agilizar a prestação jurisdicional, reduzir custos com gráfica, com mão-de-obra, além de se adotar uma postura ecologicamente correta.

Para que se entenda o avanço da medida adotada, importante mencionar que antes toda legislação interna era impressa na gráfica do TJMS para disponibilização aos desembargadores. A cada atualização, eram impressas as alterações e manualmente coladas nas legislações distribuídas no plenário. Emprego de tempo e força de trabalho. E mais: esse procedimento era válido também para a legislação infraconstitucional.

Com a inovação, a atualização é diária e não há risco de algum desembargador ser surpreendido com qualquer código ou outro tipo de legislação em atraso. Essa facilidade, em curto espaço de tempo, deve também ser disponibilizada nos plenários cível e criminal.

# TJMS amplia *link* de comunicação e instala rede sem fio

No dia 17 de maio de 2010 foi assinado um convênio entre o Tribunal de Justiça e empresa de telefonia para ampliar o *link* de comunicação de todas as comarcas do Estado. O investimento trouxe rapidez, em especial para comarcas pequenas em que a capacidade de tráfego de dados era restrita, o que ocasionava uma série de transtornos quanto à agilidade das tarefas que dependem de acesso ao SAJ, internet e intranet, por exemplo.

Com a crescente expansão de serviços *on-line* no poder judiciário estadual, uma capacidade cada vez maior de tráfego de dados se fez necessária, isto para que diversos aplicativos possam ser acessados e utilizados ao mesmo tempo sem que a rede se torne lenta. Com a nova aquisição do Tribunal foi instalado um *link* de comunicação que trabalha com sete classes ou camadas de serviços.

Com isso, a Secretaria de Tecnologia da Informação iniciou um processo de gerenciamento de cada aplicativo na rede, definindo prioridades para cada um deles, ou seja, qual o percentual que cada programa ou serviço utiliza da capacidade total, para que cada aplicação possa ser usada com o retorno mais rápido possí-

vel e sem interferir nos demais serviços. Sem este cuidado é que muitas comarcas sofriam com problemas de lentidão que agora foram sanados.

A ampliação do *link* de comunicação atingiu 60 locais da justiça sul-matogrossense.

**Rede sem fio** - Outro investimento garantiu flexibilidade para quem atua no prédio do Tribunal de Justiça, porque foram instalados equipamentos que permitem conexão à internet sem fio. Desembargadores e serventuários podem ter a mobilidade de acessar a rede mundial de computadores pelo *notebook*.

Para a implantação da rede sem fio foram tomados todos os cuidados com a questão de segurança para garantir a restrição dos conteúdos e demais procedimentos já adotados para um acesso seguro à rede mundial de computadores.



# Criação de diversos sistemas eletrônicos traz automatização e rapidez

Os anos de 2009 e 2010 foram marcados não apenas pela grande implantação da tramitação eletrônica de processos em diversas varas e comarcas mas também houve um grande avanço em métodos e rotinas administrativas com o desenvolvimento de sistemas eletrônicos que automatizaram tarefas e proporcionaram praticidade e rapidez nas tarefas.

Os avanços tecnológicos foram soluções criadas pelo poder judiciário estadual, pensadas e executadas pelo seu próprio quadro funcional. Um exemplo disso é o Sistema Consigna que garantiu rapidez na liberação de descontos em folha de pagamento de servidores e também melhorias no processo de aprovação de alvarás da Conta Única.

A criação do sistema originou-se da necessidade da folha de pagamento do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul acabar com documentos em papel referentes às transações de desconto em folha dos servidores, como empréstimo consignado.

Antes da adoção do Consigna, a burocracia entre banco e Tribunal ocorria por meio de envio das solicitações de empréstimo fisicamente. Além do acúmulo desnecessário de papel havia também demora para a liberação do procedimento que, nas comarcas do interior, levava em torno de uma semana. Agora, pelo sistema a tarefa é realizada rapidamente pelo meio eletrônico.





Aproveitando a estrutura de agências e usuários cadastrados, o programa foi adaptado para uso pela Conta Única do Tribunal para a aprovação de alvarás. Esta versão entrou em funcionamento em abril de 2009 antes mesmo do modelo desenvolvido para a liberação de desconto em folha, que entrou em operação em outubro de 2010.

Outro sistema adotado foi o Sistema de Informações Gerenciais Extrajudicial (SIG-EX). No segundo semestre de 2009 as serventias extrajudiciais passaram a informar diariamente toda a movimentação de seus atos no SIG-EX, com o objetivo de acabar com a circulação de papéis, de maneira que todos os procedimentos ocorressem no meio informatizado.

Em novembro de 2010, o sistema avançou para uma nova etapa com a implantação do selo digital e conseqüentemente para a fase do SIG-EX Digital. Com o selo digital, cada ato praticado começou a receber uma numeração para identificá-lo e também foram incluídos os nomes das partes. Desse modo, foi possível garantir uma segurança total sobre cada selo utilizado, qual foi sua utilização e para quem.

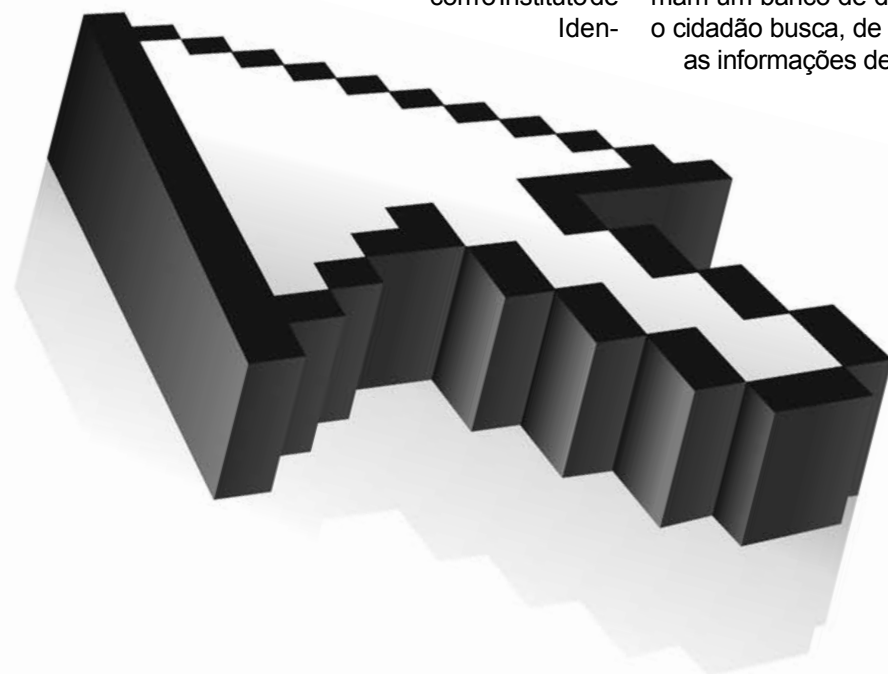
Da parceria do Tribunal com o Instituto de Iden-

tificação e do Ministério Público surgiram outras possibilidades de integração de dados e acesso *on-line* entre sistemas, como, por exemplo, o Sistema de Integração de Dados com o Instituto de Identificação (SI-DII), que garantiu a busca de dados nas comarcas de todo o Estado e a alimentação do sistema do Instituto de Identificação.

Com essa integração é possível uma troca entre os órgãos, tanto do acesso de antecedentes criminais quanto ao repasse de novas ocorrências para incrementar o banco de dados do Instituto de Identificação.

Em dezembro de 2010, outro sistema começou a entrar em funcionamento criado com o objetivo de facilitar a comunicação e o desenvolvimento das atividades do Centro de Recreação Infantil (CREI) do TJMS e possibilitar o acompanhamento *on-line* pelos servidores que possuem seus filhos matriculados na creche.

Houve ainda a implantação, em maio de 2009, de um outro sistema para auxiliar os trabalhos da Corregedoria. Trata-se do Sistema de Gerenciamento de Escrituras de Separação, Divórcio, Inventário, Testamento e Averbação, o SGE. Atualmente os registros das serventias extrajudiciais formam um banco de dados por meio do qual o cidadão busca, de modo rápido e prático, as informações de que necessita.



## Sistema SCDPA é utilizado por todo poder judiciário estadual

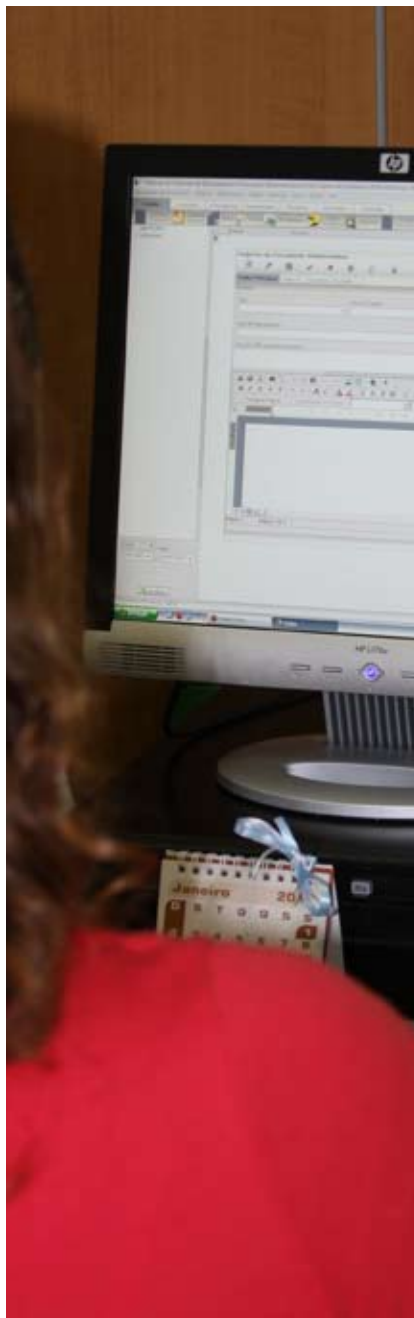
O Sistema de Controle de Documentos e Processos Administrativos (SCDPA) atinge hoje todas as comarcas de Mato Grosso do Sul. Em novembro de 2010 foi concluída a instalação do sistema em 100% das comarcas. O SCDPA possibilita o envio eletrônico de correspondências administrativas.

A adoção do sistema garante a tramitação de documentos entre as comarcas pelo meio eletrônico, ganhando em agilidade para a tramitação deste material que antes era enviado por meios convencionais, como correio e malote. Em alguns casos, levavam-se dias até a chegada dos documentos a seu destino.

O sistema é uma solução desenvolvida pela Secretaria de Tecnologia da Informação do TJMS, em parceria com a Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (SPGE), que permite o acompanhamento em tempo real dos documentos enviados, garantindo maior agilidade no envio de documentos e a redução de gastos com correio, telefone, papel e envelope, por exemplo.

Hoje, pelo SCDPA, são encaminhados documentos administrativos, alvarás de soltura, comunicados e diversos outros documentos administrativos. O sistema ainda gera notificações quanto ao recebimento desses e de outros documentos enviados, seja por meio do mensageiro corporativo ou pelo *e-mail*.

Além do envio de documentos administrativos, já é realizada a remessa de comunicações de decisões e solicitações de informações diretamente aos gabinetes ou cartórios correspondentes de cada comarca. O SCDPA também possibilita o envio de cartas precatórias, de ordem ou de qualquer tipo de informação ou solicitação entre qualquer unidade, seja em comarcas ou na Secretaria do TJ, todas assinadas e protocoladas digitalmente, garantindo a segurança e integridade delas.



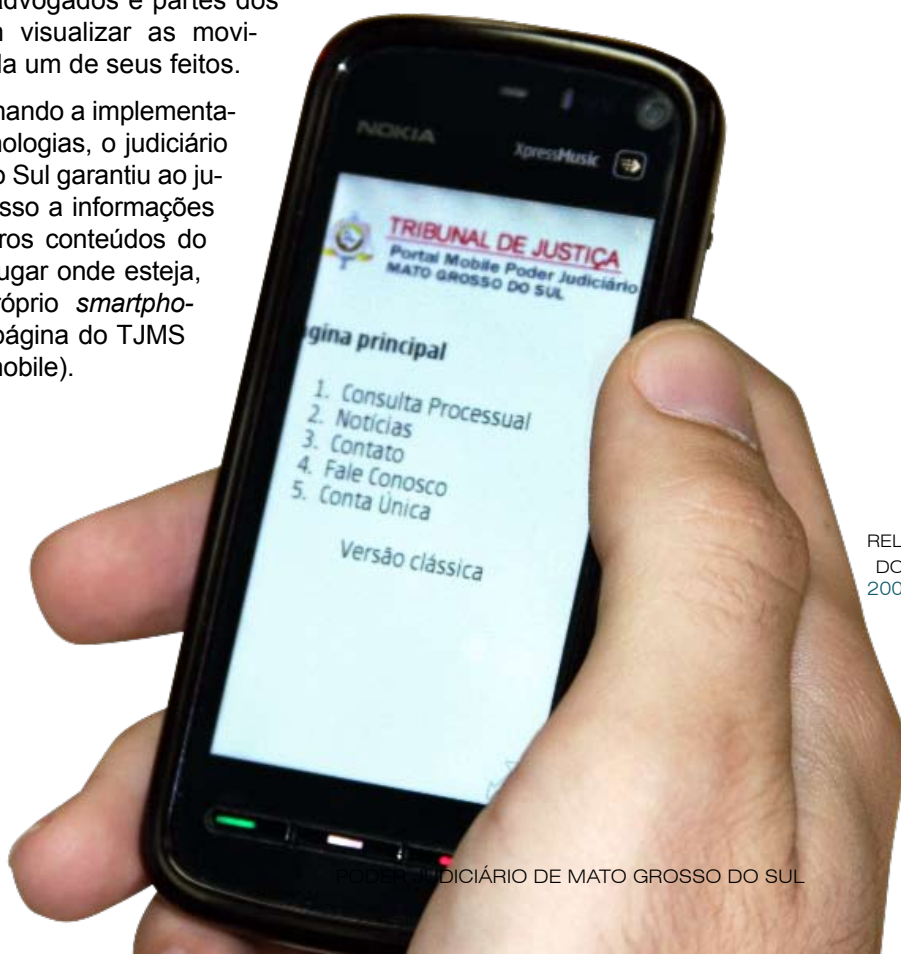
# TJMS disponibiliza versão do Portal para *smart phone*

Em julho de 2010 surgiu a versão do Portal do Tribunal de Justiça para acesso pelo *smartphone*. Desde então, os jurisdicionados podem acessar os principais serviços disponibilizados pelo *site* do TJMS por meio de um aparelho com dispositivo que permite acesso à internet 3G.

Para permitir o acesso, foi desenvolvida uma versão mais simplificada do Portal, com informações como as principais notícias do *site*, contatos e extratos da conta única e outros conteúdos. E, a exemplo da consulta processual pela página da internet, advogados e partes dos processos podem visualizar as movimentações de cada um de seus feitos.

Acompanhando a implementação de novas tecnologias, o judiciário de Mato Grosso do Sul garantiu ao jurisdicionado o acesso a informações processuais e outros conteúdos do *site* em qualquer lugar onde esteja, tudo pelo seu próprio *smartphone*, acessando a página do TJMS ([www.tjms.jus.br/mobile](http://www.tjms.jus.br/mobile)).

Um dos serviços mais buscados pela versão tradicional do Portal é a consulta de processos. Na versão para o *smartphone* foi desenvolvido um sistema semelhante de busca. No entanto, em razão da limitação do tamanho da tela destes aparelhos que permitem conexão à internet 3G, a consulta garante acesso aos principais pontos da movimentação processual, ficando as particularidades e todos os incidentes disponíveis na versão do *site* acessada, como de costume, pelo computador.



# Justiça de MS tem mais de 70% dos computadores atualizados

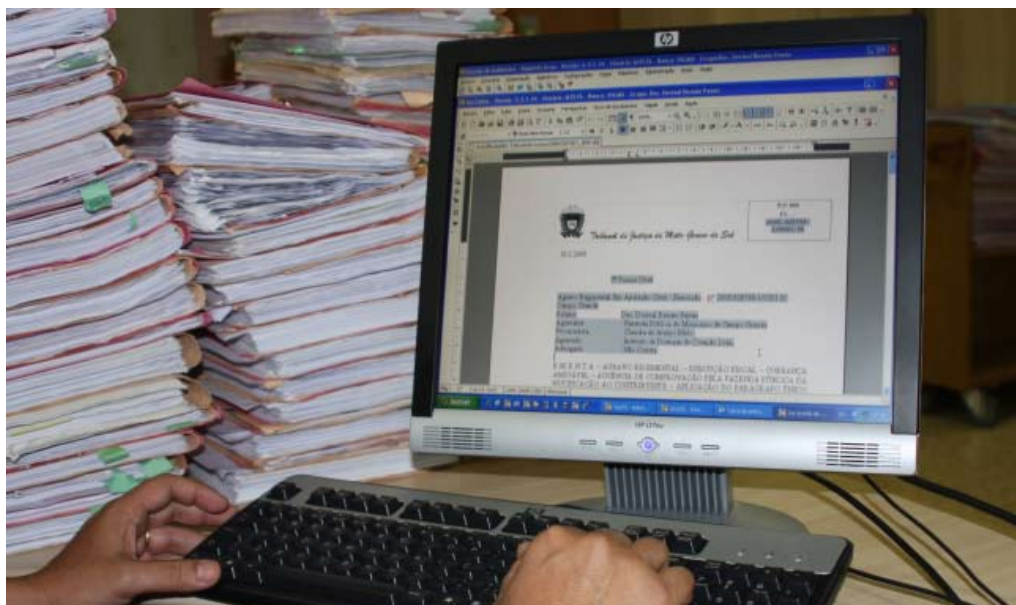
Num universo de mais de 3.000 computadores utilizados por servidores e magistrados de Mato Grosso do Sul, a Secretaria de Tecnologia da Informação realizou desde 2009 a gradativa substituição do maquinário. Assim, hoje em torno de 70% de todas as máquinas usadas na justiça estadual são modelos atuais, como as máquinas HP, Itautec e Positivo.

Nas comarcas de MS, ao longo do biênio 2009/2010 foram 1.800 substituições e acréscimos. Durante o biênio no Tribunal de Justiça, foram um total de 400 substituições e acréscimos de computadores, *notebooks* e terminais de autoatendimento.

Há cerca de três anos a maioria dos equipamentos do poder judiciário eram obsoletos e toda a manutenção era centralizada na Capital. Agora, pontos importantes fazem parte desta mudança: reestruturação e aprimoramento nos sistemas de atendimento e manutenção, sistema para planejamento de distribuição do estoque de equipamentos, periféricos e componentes de informática, dentre outras mudanças.

Somente nas Comarcas de Paranaíba, Aparecida do Taboado e Maracaju foram instaladas 132 novas máquinas. Trata-se de um processo contínuo de substituição, uma renovação que é peça importante para dar rapidez à rotina produtiva.

Em meio à informatização de diversos serviços, as exigências tecnológicas mínimas para transcorrer perfeitamente as ações dependem de máquinas que suportem tais programas. Por trás destas ações, a Tecnologia da Informação realiza a gradual atualização da justiça, de modo que as máquinas sejam capazes de propiciar diversos trâmites processuais e administrativos que ocorrem cada vez mais no meio *on-line*.



# Domínio Único da rede do judiciário traz praticidade e melhorias

Ao ligar o computador, o magistrado ou servidor do judiciário estadual precisa realizar a autenticação de rede, ou seja, inserir o usuário e senha para acessar a máquina. O hábito corriqueiro acontece automaticamente todos os dias, sem problemas, até que um magistrado, por exemplo, tenta “logar” na rede em outra comarca.

Até então, os domínios de rede não eram unificados, gerando dificuldades como estas, dentre outras situações. Assim, sempre que um magistrado ou servidor estivesse em outra comarca, ele precisaria pedir para um colega autenticar a rede para ele ou solicitar um novo usuário e senha. Pensando em facilitar este processo e, conseqüentemente, melhorar outras questões, a Tecnologia da Informação unificou os domínios de rede.

Atualmente, todas as 54 comarcas e juizados especiais de MS já estão com um domínio único. Com esta unificação, procedimentos antes mais trabalhosos agora são simplificados, por exemplo, as atualizações dos sistemas operacionais, necessárias para diminuir a vulnerabilidade e também os problemas de funcionamento. Resta apenas a centralização do Tribunal de Justiça, que será realizada no ano de 2011.

Outra vantagem foi a unificação das senhas dos administradores locais. Assim, é possível alterar periodicamente as senhas (o que é recomendável em termos de segurança) diretamente do Tribunal. Aliás, com a rede unificada, é possível ter um acesso mais rápido aos usuários e máquinas de cada comarca.





## Resolução define planejamento de Tecnologia da Informação em MS

Foi publicada no dia 8 de abril de 2010 a Resolução nº 566, que dispõe sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, para o quinquênio 2010-2014.

A Resolução atende uma deliberação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que, por meio da Resolução nº 99, determinou aos tribunais brasileiros a elaboração de planejamentos estratégicos de tecnologia da informação para um período mínimo de 5 anos, alinhados ao Plano Estratégico Nacional de Tecnologia da Informação.

De acordo com a Resolução, três pontos principais foram considerados durante o Planejamento Estratégico de Tecnologia de Informação: onde se está, para onde se quer ir e como chegar lá. Importante salientar que os planos, metas, projetos e ações decorrentes do planejamento serão avaliados e revistos

periodicamente, com objetivo de identificar e antecipar estratégias, bem como as necessidades institucionais.

As metas estipuladas na Resolução são ambiciosas: além de atualizar a versão do PETI para 2011, 2012, 2013 e 2014, pretende-se criar a Comissão de Tecnologia da Informação do Poder Judiciário de MS, elaborar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), alinhar as ações do PETI com o planejamento orçamentário e, ao mesmo tempo, atualizar o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação.

# Nova Intranet facilita comunicação interna e valoriza servidor



Uma das principais ferramentas de trabalho dos servidores do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul foi repaginada no mês de julho de 2009. A nova intranet tem o objetivo principal de valorizar o servidor e tornar-se um canal eficaz de comunicação interna. A mudança visa proporcionar maior agilidade na busca de informações, aumentar a produtividade; aumentar a comunicação entre os servidores; concentrar as informações em um único canal; e elevar a Intranet para categoria de Portal Corporativo.

No dia 4 de junho de 2010, a Intranet do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul foi a vencedora na categoria 'Conteúdo Web' na 8ª edição do Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça, em que foram premiados trabalhos das assessorias de comunicação dos órgãos da justiça.

**Apresentação** - A nova intranet do judiciário sul-mato-grossense possui uma estrutura lógica e visual. Foi definido um

novo *layout*, implantadas novas funcionalidades e a estrutura anterior foi adaptada às novas funcionalidades projetadas. Após a realização de um estudo sobre usabilidade e uso de cores adequadas para ambientes utilizados repetidas vezes, foi utilizada como padrão a cor azul, proporcionando um maior conforto visual em um ambiente frequentemente acessado.

Os itens mais importantes estão localizados na coluna central e são fixos. Na página inicial fotos de servidores são exibidas no topo da intranet de forma randômica para valorização e interesse do serventuário por este canal de comunicação. Ao utilizar conceitos modernos de portais da Web, a página permite que o usuário personalize o conteúdo de sua página com os assuntos de seu interesse, além de disponibilizar ferramentas de busca para facilitar a navegação pela página e integração da caixa de e-mail corporativo do servidor.

Os sistemas da nova intranet são desenvolvidos pela Secretaria de Tecnologia da Informação e o conteúdo principal é alimentado diariamente pela Secretaria do Gabinete da Presidência (Departamentos de Jornalismo e Relações Públicas).

# Virtualização dos servidores de rede do judiciário otimiza espaço e gastos

Com a virtualização dos servidores de rede, cada vez menos computadores do judiciário comportam um número maior de servidores. A ação buscou a redução de espaço físico e gastos com energia e com a manutenção das próprias máquinas. Isso quer dizer que num único computador-servidor existem diversos outros servidores virtuais instalados e em funcionamento.

Com esta medida é possível que um único servidor físico comporte servidores virtuais de sistemas operacionais diferentes, como Windows e Linux.

Um servidor virtual não mais é do que um arquivo. Com isso, se ocorrer um problema com este servidor, em questão de 10 minutos é possível colocar outro servidor em funcionamento para substituí-lo. Caso fosse físico, dependendo do problema, a solução poderia demorar até uma semana.

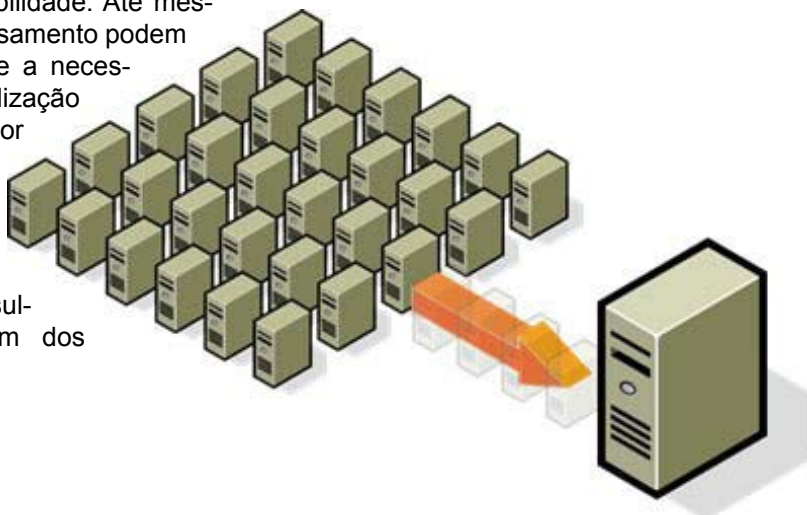
Neste universo de servidores virtuais, há bastante flexibilidade. Até mesmo a memória e processamento podem ser alterados, conforme a necessidade. Com a virtualização houve também um melhor aproveitamento de recursos de *hardware*.

O processo de virtualização de servidores na justiça sul-mato-grossense foi um dos

avanços neste biênio 2009/2010. Como exemplo, podem-se citar os servidores do SAJ/WTS, em que houve a redução de 19 servidores físicos para 10 virtuais, com uma melhora significativa na disponibilidade deste serviço.

Atualmente, são cerca de 50 servidores virtuais em produção em apenas três físicos. Exemplos de aplicativos virtuais são o servidor de impressão do Tribunal, do MSN Corporativo e o Servidor da Catraca Eletrônica.

A virtualização de servidores é uma nova tendência na área de Tecnologia da Informação, pois diversas vantagens derivam desta atitude, como redução de espaço físico na sala de servidores, redução do consumo de energia, e economia com manutenção de *hardware*, com licenças de sistemas operacionais.







## Soluções de **segurança** dão mais proteção aos dados do judiciário

De 2009 para cá o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul investiu na aquisição de uma série de novos equipamentos e sistemas de segurança. Tudo para evitar o transtorno de invasões nas máquinas do judiciário de vírus, usuários não permitidos, como também demais programas nocivos. A gradativa instalação destas ferramentas proporciona um ambiente o mais estável possível para magistrados e servidores.

Parte destas aquisições são ferramentas mais avançadas de soluções de segurança já existentes, como os filtros de conteúdo da *web* e *anti-spam* (bloqueio de *e-mails* indesejados). Programas ultrapassados foram substituídos por aplicativos mais modernos e eficazes. Trata-se, pois, do aperfeiçoamento de um serviço já existente.

De outra parte, questões de segurança ainda não implementadas no judiciário estadual começam a ser instaladas. Em especial dois aplicativos novos cujo grande propósito é garantir a integridade e a confidencialidade dos documentos, nos casos previstos em lei. Assim, são ferramentas que impedem acessos e cópias não autorizadas e também o vazamento de informações.

# TJ testa solução para gravação em áudio e vídeo e transcrição eletrônica

Está em funcionamento um projeto piloto de transcrição eletrônica dos áudios das audiências que pretende ser implantado no Poder Judiciário estadual. Juntamente, testes de gravação em áudio e vídeo estão sendo feitos na 1ª Vara Criminal da Comarca de Campo Grande e na Vara Única de Bandeirantes e, no Tribunal, ocorre a transcrição eletrônica dos áudios destas gravações.

O intuito é substituir o método de estenotipia em que o trabalho é feito manualmente para um *software* que executa a tarefa sem intervenção humana. Com isso, há uma grande redução no tempo para execução da tarefa, além da economia de recursos.

Hoje o serviço de estenotipia é disponibilizado para 42 varas e três auditórios da Secretaria do Tribunal de Justiça que já contam com acompanhamento em tempo real e prazo de entrega das transcrições em até 72 horas, nas quais o juiz ouve as partes do processo, e o áudio é transcrito por estenotipia computadorizada e disponibilizado no processo.

Os testes para a mudança do serviço originaram-se de uma visita ao Tribunal Regional do Trabalho do Paraná que faz uso da tecnologia de gravação em áudio e vídeo com a transcrição eletrônica das falas, por meio de um programa que transforma em texto os diálogos.

Como solução para Mato Grosso do Sul, o projeto piloto está realizando a gravação no próprio SAJ (Sistema de Automação da Justiça) e enviando o arquivo para o sistema de transcrição da fala. A rapidez de resposta é tamanha que, por exemplo, numa gravação de cinco minutos a transcrição leva, no máximo, 10 minutos para ser finalizada.

O processo ainda está em fase de aprimoramento, porque o programa precisa ser alimentado com uma base de conhecimento que atenda a necessidade do judiciário estadual e também será necessária a capacitação de servidores e magistrados para que mais esta facilidade tecnológica possa, de fato, ser implementada no Estado.



# Ponto eletrônico integra todas as comarcas de MS

Em março de 2009 entrou em funcionamento o sistema de ponto eletrônico em todas as comarcas de Mato Grosso do Sul. O sistema substituiu os relógios de ponto existentes em Campo Grande, Dourados e Aquidauana, e foi implantado nas demais comarcas do interior que preenchiam manualmente a folha de frequência.

O sistema reduziu os problemas enfrentados com o relógio de ponto, como falhas na leitura de digitais e perda de digitais registradas. A manutenção e o sistema dos antigos relógios eram terceirizados, e hoje tudo é feito pela Secretaria de Tecnologia da Informação, o que representou uma expressiva economia.

Com o ponto eletrônico, a atualização de dados é feita em tempo real, por meio da integração com o sistema já existente da Gestão de Pessoal. O *software* também permite que o servidor registre seu ponto em qualquer comarca, pois o sistema cadastra as impressões digitais e elas são sincronizadas entre todas as máquinas, de forma que o sistema, como um todo, reconhece as informações cadastradas na central em Campo Grande.

Outro benefício é o menor custo tanto de aquisição quanto de manutenção do programa para o TJMS, pois a manutenção e o sistema dos relógios eram terceirizados, o que gerava gastos extras, como com a assistência técnica.

Além disso, o custo de cada relógio de ponto que era utilizado girava em torno de R\$ 4.000,00, e as leitoras de impressão de digitais custavam aproximadamente R\$ 400,00. Com o novo sistema, a economia também pode ser percebida

pelo fato de que, para funcionar, o sistema depende apenas da leitora de impressões digitais e de um computador, e os gastos com aquisição de máquinas não são necessários, porque a equipe de Tecnologia da Informação do Tribunal faz uso de equipamentos mais antigos, que foram trocados recentemente.



# Jurisprudência e Legislações agora são *on-line*

Desde o dia 18 de novembro de 2009 a Revista Trimestral de Jurisprudência do TJMS é disponibilizada somente no meio *on-line*. Além de permitir a veiculação do conteúdo da revista em menor tempo, a medida garante economia de papel e demais recursos gastos com a impressão e remessa postal do material.

A exemplo do Diário de Justiça, sua única versão agora é digital, e pode ser acessada gratuitamente pelo *site* do Tribunal. Assim, ganha-se um alcance infinitamente maior, tendo em vista que está disponível na rede mundial de computadores. A democratização da revista também permite que os usuários possam salvar o arquivo em seus próprios computadores.

O lançamento da revista eletrônica é um marco na história da justiça sul-mato-grossense, que passou a disponibilizar trimestralmente na rede mundial de computadores uma rigorosa seleção de doutrina e jurisprudência de assuntos contemporâneos.

**Legislações** - O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul disponibiliza, em versão *on-line*, sete publicações sobre legislação, que podem ser consultadas pela página do TJ na internet. Além de facilitar o acesso ao material para advogados, servidores, magistrados e o público em geral, a medida faz parte das ações do Sistema de Gestão Ambiental, que está promovendo uma série de mudanças em prol da preservação ambiental, economia de recursos e otimização do tempo na justiça estadual.

Podem ser consultados pela internet a Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, o Código de Organização e Divisão Judiciárias, o Estatuto dos Servidores Cíveis, os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, o Regimento da Secretaria do Tribunal de Justiça, o Regimento Interno do Tribunal de Justiça e o Plano de Cargos e Estatuto dos Servidores do Poder Judiciário. Outra legislação que será digitalizada é o Código de Normas da Corregedoria.

Os livros eletrônicos trazem a lei principal e todas as demais resoluções e leis complementares sobre o tema. A versão *on-line* possibilita marcadores e *links* que facilitam a localização rápida dos assuntos.

Gradativamente, o intuito é eliminar as versões impressas, a exemplo do Diário da Justiça e da Revista de Jurisprudência.

A digitalização de todas estas legislações é resultado do projeto Publicação Virtual de Legislações do Poder Judiciário de MS, que teve início em setembro de 2009 para gerar economia de impressões, as quais, segundo levantamento, têm um custo anual de mais de R\$ 30.000,00 para o Tribunal de Justiça.

Outro ponto importante é de que estas publicações eletrônicas são diariamente atualizadas pela Coordenadoria de Legislação. Com a publicação impressa, esse resultado levava no mínimo quatro dias. Benefícios para os membros e servidores do judiciário, advogados, estudantes de Direito, e o cidadão comum.



# Tabelas Unificadas são implantadas em Mato Grosso do Sul

Desde o dia 22 de abril de 2010, os processos que ingressam no judiciário sul-mato-grossense são padronizados nacionalmente. A novidade é resultado da implantação das Tabelas Unificadas, em atendimento à Resolução nº 46 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que visa a padronização da terminologia utilizada na classificação dos processos, por movimentação, fase processual, assunto e partes.

Hoje, os processos são distribuídos de acordo com três tabelas: uma de Assuntos Processuais, que padroniza pelo cadastro das matérias ou temas discutidos nos autos; a segunda de Classes Processuais, usada para classificação do procedimento judicial ou administrativo adequado ao pedido da parte; e a outra, a de Movimentações Processuais, a qual está estruturada em níveis.

A intenção da utilização das Tabelas Unificadas é igualar procedimentos em todo o Brasil e isso significa que uma ação anulatória de ato jurídico será assim denominada na justiça de Mato Grosso do Sul, no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Amapá e mais: não só em âmbito estadual, mas também nas esferas federal, do trabalho, militar, enfim, a padronização

atingirá a justiça em todo o país.

Antes da implantação desta nova forma de trabalho, a classificação dos processos na justiça sul-mato-grossense era feita de acordo com a tabela definida pela Corregedoria-Geral de Justiça, disponível no Sistema de Automação da Justiça (SAJ). Agora o assunto é denominado apenas de direito civil, de família, e rescisão de contrato, que tem um nível de detalhamento importante para gerar dados estatísticos e

analíticos para a gestão do Poder Judiciário.

Dentre os objetivos da uniformização das terminologias estão a melhoria do controle de prevenção e distribuição processual por competência em razão da matéria; a possibilidade de geração de análises estatísticas mais precisas e detalhadas (essenciais ao planejamento estratégico do Poder Judiciário), além da possibilidade de aproveitamento, nas instâncias superiores, das informações processuais dos sistemas de primeira instância.





# PRESTAÇÃO JURISDICIONAL



# Judiciário de MS destaca-se no cumprimento das Metas 2009 e 2010



No mês de março de 2010, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul foi homenageado pelo Conselho Nacional de Justiça por ocupar a 8ª posição entre os 10 tribunais que apresentaram melhor desempenho no cumprimento das Metas de Nivelamento do Judiciário em 2009.

A homenagem foi conferida aos tribunais que cumpriram mais de 90% das 10 metas estabelecidas pelos presidentes dos 91 tribunais brasileiros em 2009. Mato Grosso do Sul alcançou 90,78%.

No mês de dezembro de 2010, o Conselho Nacional de Justiça divulgou resultado parcial do cumprimento das metas prioritárias em 2010 pelos tribunais brasileiros. De acordo com o relatório, o TJMS cumpriu 100% da Meta 8, ficando com a 1ª posição, empatado com outros 5 tribunais de justiça. A referida meta trata da promoção de cursos de capacitação em administração judiciária para, pelo menos, 50% dos magistrados.

O TJMS também cumpriu 100% da Meta 9, empatando em 1º lugar com outros 12 tribunais estaduais. A meta prevê a ampliação da velocidade do *link* de comunicação entre o Tribunal e todas as unidades judiciárias da Capital para 2 *Megabytes* e, no mínimo, em 20% entre as unidades do interior.

O relatório aponta, ainda, que o

TJMS atingiu a 4ª posição nacional entre os tribunais de justiça no cumprimento da Meta 2. A Meta 2 estabelece o julgamento de todos os processos de conhecimento distribuídos até 31 de dezembro de 2006 e todos os feitos de competência do Tribunal do Júri ajuizados até o final de 2007.

Em relação à Meta 1, o TJMS obteve percentual de cumprimento de 104,50%, o que lhe rendeu o 7º lugar no ranking da justiça estadual. A Meta 1 estabelece o julgamento da quantidade igual de processos de conhecimento distribuídos em 2010 e parcela do estoque.

No que se refere à Meta 3, o TJMS ocupou, no relatório parcial, o 8º lugar, com 140,2% de cumprimento da meta em relação aos processos não fiscais. Quanto aos processos de execução fiscal, obteve a 4ª colocação entre os TJs, com 14,6%. A Meta prevê a redução em pelo menos 10% do acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, do acervo de execuções fiscais, tendo como referência o estoque de 31 de dezembro de 2009.

No que se refere à Meta 4, que trata da publicação dos acórdãos em até 10 dias após a sessão de julgamento, o TJMS está em 8º lugar, atingindo o percentual de cumprimento de 80,28% da meta.

Outro resultado parcial aponta que o TJMS está em 7º lugar em relação ao cumprimento da Meta 6 que estabelece a redução de pelo menos 2% do consumo *per capita* (magistrados, servidores, terceirizados e estagiários) com energia, telefone, papel, água e combustível.

No final de 2010 mais uma meta foi 100% cumprida. Desde o dia 17 de dezembro está disponível no portal do TJMS a produtividade e a movimentação forense de 1º e 2º graus. Cumpriu-se, assim, a Meta 7, a qual estabeleceu aos tribunais do país que disponibilizassem mensalmente a produtividade dos magistrados em seus sites.



## Mais de 700 mil processos são ajuizados na justiça de 1º grau

A distribuição de processos na justiça de 1º grau de MS chegou aos 724.484 no biênio 2009/2010. Foram 363.309 processos ajuizados em 2009 e outros 361.175 feitos ajuizados em 2010. O número de julgamentos ultrapassou a casa de meio milhão, totalizando 541.188 feitos julgados. Foram 273.034 ações julgadas no primeiro ano do biênio e 268.154 processos julgados no segundo.

No ano de 2009 foram distribuídos, em média, mais de 30 mil processos por mês. Os processos sentenciados atingiram uma média mensal de quase 23 mil julgamentos. Em 2010 houve uma ligeira redução na distribuição: foram 2.134 processos a menos do que o ano anterior. O total de julgados também teve ligeiro declínio em 2010: foram 4.880 processos sentenciados a menos de que em 2009.

Neste montante de ações estão incluídos os TCO's (Termos Circunstanciados de Ocorrência), as cartas precatórias, as execuções de sentença, recursos, ações incidentais e incidentes processuais.



# Justiça de 2º grau julga mais de 96 mil processos no biênio



O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul julgou 96.688 processos ao longo do biênio 2009/2010. A distribuição ficou em 90.929 novos feitos. O número de processos julgados superou a distribuição em mais de 6%, o que contribui para o desafogamento de feitos, uma vez que há diminuição do estoque de processos em andamento.

Aliás, o número de julgamentos pode ser classificado como destaque no biênio, uma vez que houve um aumento de 32,16% em relação ao biênio anterior. Já a distribuição no biênio 2009/2010 aumentou em 16,36% em comparação com o biênio 2007/2008.

Outro destaque do biênio fica por conta da redução dos processos pendentes de julgamento nas turmas cíveis e criminais do TJ. O biênio 2009/2010 fechou com uma redução de 38,39% do estoque de processos pendentes: são 8.402 feitos pendentes frente aos 13.639 processos que fecharam o biênio anterior.

No final do biênio anterior restavam 9.694 processos pendentes de 2008; 2.254 processos de 2007, além de 866 processos de 2006, 659 feitos de 2005 e 162 feitos de 2004. De lá para cá, foram julgados 9.028 do total de processos pendentes de 2008; 2.198 processos de 2007 e 864 processos de 2006. Além disso, o estoque dos anos anteriores a 2006 foi zerado.

Os trabalhos dos dois últimos anos, em dados percentuais demonstram que houve uma redução de mais de 93% nas ações pendentes de julgamento de 2008. O percentual chega a 97,5% de redução para os feitos datados de 2007 e atinge a marca de 99,7% de diminuição no estoque de processos de 2006. Foram zerados os quantitativos de processos de 2004 e 2005.

# Carga Programada beneficia operadores do Direito em MS



Desde o dia 1º de setembro de 2010, o Poder Judiciário de MS disponibilizou, no portal do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, um serviço inovador: a carga programada, um facilitador que permite agendar *on-line* o acesso aos autos, o que possibilita agilizar o dia-a-dia de advogados e partes.

A carga programada só é possível porque a Corregedoria-Geral de Justiça disciplinou a utilização do sistema por meio do Provimento nº 41, publicado no Diário da Justiça de 5 de agosto de 2010. Isso significa que o sistema permite agendamento de dia e hora para a retirada dos processos nos cartórios.

Basta que o advogado preencha os campos disponibilizados, com as informações acerca do processo o qual deseja fazer carga. A fila é respeitada e a carga feita somente com a presença do advogado. Importante ressaltar que a carga programada não alcança os processos que tramitam em meio eletrônico nem os arquivados.

A medida trouxe agilidade e comodidade, pois advogados e estagiários não precisam mais aguardar a consulta do processo no sistema, a localização física, a preparação da carga, o recebimento dos autos e, finalmente, a anotação da carga.

# Leilão eletrônico possibilita nova modalidade de pregão em MS

Implantado no judiciário de Mato Grosso do Sul, o leilão eletrônico deverá imprimir maior eficácia à realização das hastas públicas, uma vez que a alienação pela rede mundial de computadores permite acesso simples ao sistema da alienação judicial eletrônica, facilitando a arrematação.

A alienação judicial eletrônica visa a aumentar a quantidade de participantes, propiciar maior divulgação das praças e leilões, baratear o processo licitatório, agilizar as execuções e potencializar as arrematações. Além disso, a alienação eletrônica absorve boa parte das rotinas cartorárias relacionadas às hastas públicas, reduz o trabalho interno nas varas judiciais e melhora o expediente forense.

Em Mato Grosso do Sul, a adesão a esta modalidade eletrônica é facultativa, ou seja, magistrados podem optar pelo formato tradicional ou eletrônico, no entanto o modelo eletrônico, já implantado em alguns tribunais do país, alcança um índice de eficácia até 70% maior do que o

modelo tradicional de alienação de bens. Juízes de diferentes comarcas de MS utilizam esta nova forma de leilão desde o mês de novembro de 2010.

Até então, o Poder Judiciário de MS realizava leilões e praças de bens de partes de processos judiciais da maneira tradicional, ou seja, por meio presencial. Esta forma de leilão apresenta uma série de desvantagens, como divulgação ineficiente do ato, limitação presencial, pois apenas os interessados que estão no local físico participam do leilão, morosidade no andamento processual do procedimento, dentre outros pontos.

Com o objetivo de alterar este quadro, o TJMS optou como solução credenciar empresas especializadas que já atuam no mercado de leilão eletrônico e possuem conhecimento e pessoal capacitado para executar a prática, como também dispõem de acesso a grandes canais de comunicação com boa audiência, dentre outras vantagens.



# Justiça em Números mostra Judiciário de MS em destaque

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apresentou no mês de setembro de 2010 o relatório “Justiça em Números 2009 – Indicadores do Poder Judiciário”. A pesquisa, feita pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ, aponta informações relativas à movimentação processual, despesas, receitas e todo o funcionamento das justiças estadual, federal e do trabalho. A pesquisa é um diagnóstico detalhado do funcionamento do Judiciário em 2009, com dados sobre o número de processos em tramitação, taxa de congestionamento, carga de trabalho e número de juízes por tribunal, além de outros tópicos importantes.

Com 185 páginas, o estudo mostra que os magistrados sul-mato-grossenses estão trabalhando muito. Pelo relatório, a carga de trabalho no 2º Grau em Mato Grosso do Sul foi de 2.369 processos por magistrado, em contraste com 4.129 do RS e 245 do Amapá. Caso seja considerado que Alagoas e Piauí não divulgaram seus dados, a média nacional por magistrado de segundo grau é de 2.180 processos. MS está na sexta colocação.

No que se refere aos casos novos contabilizados por magistrado no 2º Grau, a pesquisa aponta o número de processos novos que ingressaram ou foram protocolizados na justiça estadual de 2º Grau, e Mato Grosso do Sul é o segundo estado que tem o maior índice: 1.501 por magistrado.

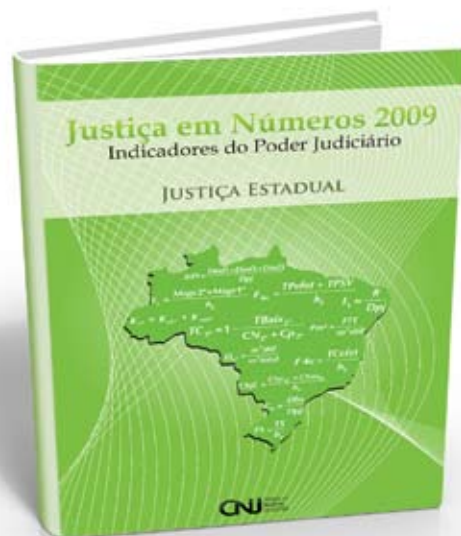
**Decisões** – O relatório do CNJ apresenta como decisões terminativas de processo os acórdãos proferidos em turmas e seções. Na verdade, são decisões colegiadas dos desembargadores, e Mato

Grosso do Sul mostra, pelo Justiça em Números, o empenho da Corte em distribuir justiça.

Assim, foram detectados em 2009, 1.605 acórdãos por desembargador, segunda maior produtividade entre todos os tribunais do país. E mais: Mato Grosso do Sul tem apenas 30 desembargadores, o que imprime ao esforço de trabalho maior impacto diante da sociedade.

MS apresenta outra grata surpresa quanto às sentenças de 1º grau em fase de conhecimento: é o segundo estado que mais sentencia por juízes: 1.151.

O relatório também mostra a realidade dos juizados especiais. A pesquisa aponta que a taxa de congestionamento na fase de conhecimento dos juizados especiais ocupa a penúltima posição com 16,9%, enquanto a média nacional alcançou 45,9%.



# Parcerias auxiliam Judiciário na prestação jurisdicional

As parcerias estabelecidas pelo Poder Judiciário foram essenciais para a distribuição da justiça de forma rápida e responsáveis, em grande parte, pelo avanço na tramitação das ações nas varas de Execução Fiscal municipal – principalmente em 2010.

Em outubro de 2010, o Tribunal de Justiça e a Prefeitura Municipal de Campo Grande instituíram o Programa de Pagamento de Débitos Ajuizados –

Meta 3, uma oportunidade ímpar ao contribuinte que estava inadimplente com o município que teve seus débitos ajuizados. Com a medida foi possível usufruir de descontos significati-

vos na quitação das dívidas e encerrar o processo de execução fiscal. Para se ter uma ideia do interesse e participação do contribuinte em Campo Grande, nos 60 dias de programa, foram atendidas quase 42 mil pessoas.

O Programa de Pagamento de Débitos Ajuizados – Meta 3 também foi implantado em 2010 nas Comarcas de Sidrolândia, Bandeirantes e Dourados. Na primeira, somando-se as duas varas por onde tramitam autos da execução fiscal municipal foram aproximadamente 200 processos, em pouco mais de 40 dias –

um número bastante expressivo.

Em 2010, a parceria foi estabelecida visando o cumprimento da Meta 3, estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que determinou a redução de pelo menos 10% do acervo de processos em fase de cumprimento ou de execução, além da redução de 20% do acervo de execuções fiscais.

Esta não foi a primeira vez que este tipo de parceria teve efeito imedia-

to. Em 2009 houve a implantação do Programa de Pagamento de Débitos Judiciais (PPJ). Quando foram iniciadas as tratativas para solucionar os problemas dos executivos municipais havia 216.028

processos pendentes na Vara de Execução Fiscal Municipal da Capital, número que representava 38% do total de processos do Estado de MS.

Várias ações foram adotadas e o empenho e o esforço conjunto de magistrados, procuradores municipais e servidores resultaram na extinção de 25.300 processos na mencionada vara, em apenas sete meses de trabalho.



*latal*

# TJ digitaliza comarcas e varas da justiça comum

7

Comarcas do estado já trabalham com processos 100% digitais

Durante o biênio 2009/2010 foram digitalizadas diversas varas e comarcas do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul. Em julho de 2009, surgiram as primeiras varas digitais da justiça comum. Até então, a experiência do processo digital estava em funcionamento nos juizados. Os trabalhos avançaram em 2010 quando foram digitalizadas sete comarcas do Estado.

No dia 20 de julho de 2009 começaram a funcionar as varas cíveis digitais da Comarca de Campo Grande: as 17ª, 18ª, 19ª e 20ª Varas Digitais foram as primeiras da justiça sul-mato-grossense a tramitar eletronicamente na justiça comum com competência privativa para demandas de contratos bancários, ressaltadas algumas exceções.

No final de abril de 2010 foram digitalizadas as duas Varas de Execução Penal, a Vara da Justiça Militar e a Central de Penas Alternativas de Campo Grande. Também foram digitalizados os feitos da execução penal da Comarca de Dois Irmãos do Buriti.

O avanço do processo digital continuou no mês de junho de 2010 quando foram digitalizadas as quatro varas de família de Campo Grande. O mês de junho



também registrou uma ação pioneira de MS com a digitalização da 1ª Comarca do Estado. No início, a ideia era apenas digitalizar os feitos da execução penal de Dois Irmãos do Buriti, entretanto os trabalhos se estenderam a todos os processos e a comarca passou a trabalhar com o ajuizamento de novos feitos apenas em formato eletrônico.

Iniciaram-se então os trabalhos não apenas de digitalização de varas e passou-se para a digitalização de comarcas por inteiro. Desta forma, em agosto, Cassilândia foi a 2ª Comarca a ser digitalizada em MS. Na sequência, em setembro de 2010, a Comarca de Bataiporã foi digitalizada e Rio Verde foi digitalizada em novembro.

Até então, haviam sido digitalizadas comarcas de 1ª e 2ª Entrância, isto é, de varas únicas ou com duas varas em funcionamento. Ainda no mês de novembro, deu-se o primeiro passo para a digitalização de uma grande comarca. Assim, Dourados se transformou na 5ª comarca digital, com 11 varas digitalizadas.

No mês de dezembro mais duas comarcas foram digitalizadas, com a inclusão de Camapuã e Caarapó na era digital. Com exceção de Dourados, onde já funcionavam duas varas dos juizados com processos eletrônicos, nas demais seis comarcas digitais, foram também digitalizados os feitos dos juizados adjuntos que funcionam em cada uma delas.

Em um balanço, ao longo de 2009 e 2010, foram implantadas onze varas digitais da justiça comum em Campo Grande. Além disso, foram três digitalizações de comarcas de 1ª entrância, três digitalizações de comarca de 2ª entrância e uma digitalização de comarca de Entrância Especial, que totalizam sete comarcas 100% digitais onde funcionam hoje 20 varas digitais com processos totalmente eletrônicos.

RELAÇÃO DE COMARCAS E VARAS COM PROCESSOS DIGITAIS	
<b>Entrância Especial</b>	
Campo Grande	
* 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Varas de Família	
* 17ª, 18ª, 19ª e 20ª Varas Cíveis Digitais	
* 1ª e 2ª Vara de Execução Penal	
* Vara da Justiça Militar Estadual	
* Vara de Execução Fiscal Municipal	
Central de Penas Alternativas	
Dourados	
• 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª Varas Cíveis	
• 1ª e 2ª Varas Criminais	
• Vara da Infância e da Juventude	
<b>Segunda Entrância</b>	
Caarapó - 1ª e 2ª Varas	
Cassilândia - 1ª e 2ª Varas	
Camapuã - 1ª e 2ª Varas	
<b>Primeira Entrância</b>	
Bataiporã	
Dois Irmãos do Buriti	
Rio Verde de Mato Grosso	
<b>VARAS DOS JUIZADOS ESPECIAIS</b>	
<b>Entrância Especial</b>	
Campo Grande	
1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 6ª, 10ª e 11ª Varas do Juizado Central	
4ª Vara do Juizado (Moreninhas)	
5ª Vara do Juizado (UCDB)	
Dourados	
1ª e 2ª Vara do Juizado Cível e Criminal	
<b>Segunda Entrância</b>	
Caarapó	
Camapuã	
Cassilândia	
Corumbá	
Três Lagoas	
<b>Primeira Entrância</b>	
Bataiporã	
Dois Irmãos do Buriti	
Rio Verde de Mato Grosso	



## TJMS implanta **selo digital** em serventias extrajudiciais

Desde o dia 29 de novembro de 2010, os cartórios de MS têm à disposição um facilitador: o selo digital, um meio mais eficaz de controle da autenticidade. A medida foi implantada pela Corregedoria-Geral de Justiça de MS.

O selo digital foi implantado devido à necessidade de modernização, transparência e rapidez nos atos praticados pelas serventias extrajudiciais, agregando segurança jurídica e controle dos atos por parte da Corregedoria. Além disso, a adoção do selo digital visa implementar o projeto de digitalização adotado pelo Poder Judiciário de MS, no âmbito dos serviços extrajudiciais - aqueles praticados nos cartórios.

Uma das vantagens da adoção do selo digital é a transparência do ato e isso significa que qualquer pessoa poderá, por meio do portal do Tribunal de Justiça, verificar um ato praticado: basta ter

em mãos o número do selo e o seu dígito verificador, informações que constam no documento.

Com o selo digital, cada ato praticado receberá uma numeração para identificá-lo e também serão incluídos os nomes das partes. Desse modo, é possível garantir uma segurança total sobre cada selo utilizado, qual foi sua utilização e para quem.

Importante lembrar que a utilização do selo de fiscalização é obrigatória em todos os atos notariais e de registros públicos lavrados, sejam eles gratuitos ou pagos, e solicitados por pessoa física ou jurídica. Mesmo com o selo digital, os cartórios que utilizam selo em papel podem continuar a fazê-lo até que acabem - os dois selos coexistirão até que termine o estoque das serventias extrajudiciais.





## Tribunal de Justiça de MS aumenta quadro de julgadores

No mês de maio de 2009 foi publicada a Lei nº 3.658/09, que criou dois cargos de desembargador no Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul e cargos que permitem o preenchimento dos gabinetes dos novos membros da Corte.

Com as alterações, o Tribunal de Justiça tem 31 desembargadores, que compõem o Tribunal Pleno. A partir da mudança, fazem parte da Seção Criminal todos os membros das Turmas Criminais; e as Turmas Criminais são compostas por quatro desembargadores cada uma.

O Tribunal Pleno funciona com a presença de, pelo menos, 21 desembargadores, incluídos o presidente, o vice-presidente e o corregedor-geral de Justiça.

A lei leva em consideração o disposto na Constituição Federal, que impõe como direito fundamental do cidadão a garantia de uma prestação jurisdicional em prazo razoável, privilegiando a celeridade na tramitação dos processos, que pode ser comprometida se o Poder Judiciário não contar com o necessário aparelhamento para dar atendimento ao crescimento da demanda dos serviços judiciários no Brasil, também em Mato Grosso do Sul.

A norma legal foi de iniciativa do TJMS, tendo em vista que a Lei Orgânica da Magistratura (LOMAM), no artigo 106, prevê que depende do Tribunal de Justi-

ça a proposta de alteração do número de membros do próprio Tribunal. Contudo, em segundo grau, o aumento só pode acontecer se o total de processos distribuídos ao órgão, no ano anterior à proposição, superar o índice de 600 feitos por desembargador, o que ocorre em Mato Grosso do Sul.

**Posses** – No biênio 2009/2010 quatro novos desembargadores ingressaram na mais alta corte do judiciário sul-mato-grossense. No mês de abril de 2009, o Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso entrou para o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, em virtude da aposentadoria do Des. Gilberto da Silva Castro. Em setembro do mesmo ano foi a vez do Des. Dorival Moreira dos Santos tomar posse no cargo, para uma das vagas de desembargador criadas pela Lei nº 3.658/09.

No ano de 2010 dois novos desembargadores assumiram cargos no TJMS. No mês de fevereiro tomou posse o Des. Marco André Nogueira Hanson, em razão da aposentadoria do Des. Ildeu de Souza Campos. E, no mês de agosto, o Des. Manoel Mendes Carli assumiu a vaga no Tribunal de Justiça aberta com a aposentadoria do Des. Elpídio Helvécio Chaves Martins.

# TJMS adota numeração única de processos

No mês de junho de 2010 foi posta em produção a nova numeração de processos estabelecida pela Resolução 65 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nos feitos em tramitação no Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Dando continuidade aos trabalhos, em novembro de 2010 foi implantada a numeração unificada também para os processos de todas as comarcas que trabalham com o SAJ (Sistema de Automação da Justiça) PG5.

A numeração única de processos determinada pelo CNJ atende uma reclamação antiga: por que o número muda se o processo é o mesmo? O foco principal da mudança é o jurisdicionado, ou seja, para quem está de fora das rotinas cartorárias, o procedimento adotado, embora familiar para os servidores de cada tribunal, comarca etc., não é familiar para os operadores do direito.

Assim, tal situação gera uma dificuldade quanto à localização e o acompanhamento do processo, tendo em vista que a sistemática de autuação e movimentação dos autos seguem critérios diferentes, dependendo da instância em que tramita. Agora a lógica é: como se trata do mesmo processo, sua numeração será mantida.

A numeração única especifica toda a “vida” do processo desde em que é ajuizado na justiça até a finalização de todos os recursos possíveis. Assim, quando se entra com o processo na 1ª instância, gera-se um número que não muda mais, diferentemente do modelo antigo, no qual, um único feito, dependendo da quantidade de recursos existentes, possuía até três números diferentes de identificação.

Com a numeração única, o que muda é a instância, e a sequência de números é caracterizada da seguinte forma: os sete primeiros algarismos referem-se ao número geral do feito gerado pelo próprio sistema; a seguir, há dois dígitos ve-

rificadores. Os quatro números seguintes identificam o ano do processo e, após, há um dígito que caracteriza qual o tipo de justiça (estadual, do trabalho, federal).

Há ainda dois dígitos que indetificam qual o Estado e, por último, quatro dígitos que se referem à comarca de origem do feito. No caso dos processos que são ajuizados diretamente no Tribunal, como um *habeas corpus*, por exemplo, a 1ª instância deste feito é o próprio Tribunal. Por isso, os quatro últimos números são zerados, porque nestes casos não há comarca de origem no 1º grau.



# TJMS desenvolve ferramentas para facilitar coleta de dados estatísticos

Para facilitar a coleta de dados estatísticos, no judiciário de MS foi instituído em 2010 o sistema de estatística do TJMS – SAJ Estatística, gerido pela Coordenadoria de Estatística, cujos dados processuais são informados nas comarcas.

A iniciativa tem o objetivo de eliminar a burocracia e padronizar os procedimentos em relação à coleta dos dados estatísticos para análise e disponibilização das informações no âmbito da justiça estadual e repasse ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Por meio do Provimento nº 202, de 5 de maio de 2010, do Conselho Superior da Magistratura, o SAJ Estatística foi definido como o sistema único para o gerenciamento dos dados estatísticos do TJMS.

A ferramenta integra os dados tanto do Sistema de Automação da Justiça (SAJ) PG3 quanto do PG5, e sua atualização é feita semanalmente pela equipe da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI). Ele possibilita o gerenciamento dos dados de forma individualizada, ou seja, por vara, e a geração de relatórios estruturados por períodos. Com ele, é possível aferir a produção do magistrado e os dados estatísticos do movimento forense, o que reforça a necessidade da correta alimentação do sistema.

O SAJ Estatística trabalha com o banco de dados do tipo *data ware house*, que é um sistema de computação utilizado para armazenar informações relativas às atividades de uma organização de forma consolidada. O desenho

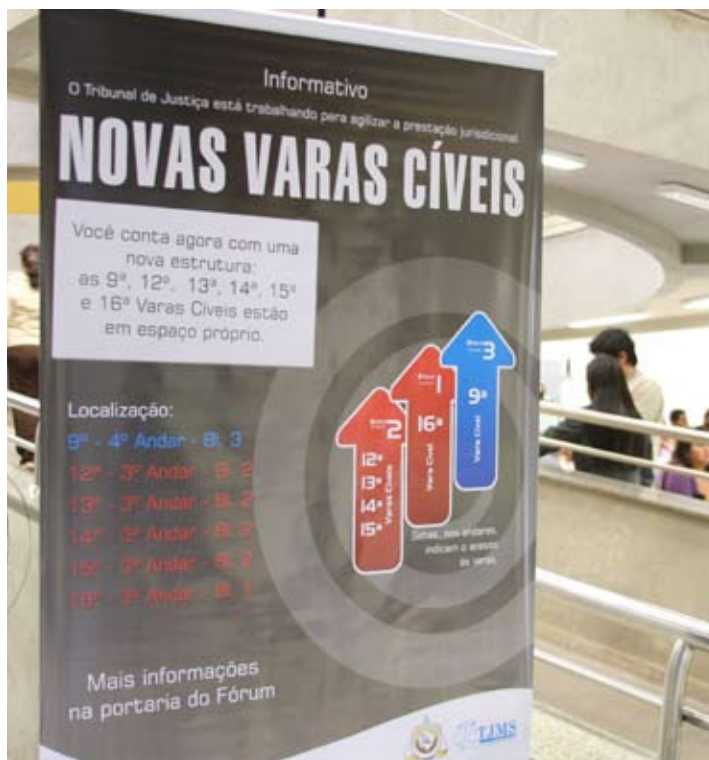
da base de dados favorece os relatórios, a análise de grandes volumes de dados e a obtenção de informações estratégicas que podem facilitar a tomada de decisão.

Além do desenvolvimento do SAJ Estatística, no ano de 2010, a equipe da STI realizou um treinamento em *Business Intelligence* (BI), uma tecnologia para a obtenção do cruzamento de dados gerenciais, a qual possibilita a geração de diversas informações estatísticas. Os testes realizados no final de 2010 já apontam para o sucesso da ferramenta.

Para o ano de 2011, estão programados inicialmente três projetos pilotos que irão explorar as áreas de cumprimento de metas, da folha de pagamento e de mandados judiciais. A expectativa é de que em 2011 a aplicação do *Business Intelligence* se consolide em outras áreas do Poder Judiciário para a obtenção de dados estratégicos que facilitem a tomada de decisão.



# Doze varas cíveis da Capital são desmembradas



medida visava desfocar as varas cíveis do Fórum e trazer agilidade para o andamento dos feitos. Embora estas varas criadas já existissem, ainda não havia sido promovido o desmembramento físico de todas elas, com a divisão dos cartórios e a efetiva separação dos processos de cada juiz titular.

Com a separação, as varas agora contam com estrutura, servidores e cartório próprios. Foram convocados 43 novos servidores, aprovados no último concurso público realizado pelo TJMS, os quais

A exemplo da divisão física da 3ª e 11ª Varas Cíveis e da 2ª e 10ª Vara Cíveis da Capital realizadas em 2008, no mês de maio de 2010 foram divididos fisicamente os cartórios das varas cíveis da Comarca de Campo Grande em que duas varas ainda funcionavam no mesmo espaço físico. Assim, foram separadas a 1ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª e 8ª Varas Cíveis da 9ª, 12ª, 13ª, 14ª, 15ª e 16ª Varas Cíveis, respectivamente. Como resultado, foram divididos seis dos espaços onde estas funcionavam, transformando-se, assim, em 12 locais físicos para abrigar cada uma das varas mencionadas.

Em 2008, a Resolução 550 criou oito novas varas cíveis de competência residual na Comarca de Campo Grande. A

foram lotados nas Varas Cíveis Residuais e receberam treinamento específico na Escola de Servidor.

As medidas não apenas visam reduzir os feitos em tramitação nas varas cíveis residuais de Campo Grande, e com isso agilizar a prestação jurisdicional, ganhar uma estrutura adequada para cada uma destas varas cíveis, mas também são uma forma de viabilizar a futura digitalização dos processos em todos estes locais.



## Corregedoria realiza **correições** ordinárias em 191 serventias judiciais

Ao longo do biênio 2009/2010 a Corregedoria-Geral de Justiça realizou correições ordinárias presenciais em 191 serventias judiciais do Estado; cartórios distribuidores; controladorias/centrais de mandados e nas secretarias da direção do foro.

As comarcas de Entrância Especial (Dourados e Campo Grande) foram objeto de correições gerais ordinárias. Em Dourados foi atingida a integralidade dos juízos e na Comarca de Campo Grande foi atingido 63,8% do total, passando por correições a 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª Varas de Fazenda Pública e Registros Públicos; 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Varas de Família; 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Varas Criminais, além da 1ª e 2ª Varas de Execução Penal; 1ª e 2ª Varas do Tribunal do Júri; 12ª, 13ª, 14ª, 15ª e 16ª Varas Cíveis Residuais e 17ª, 18ª, 19ª e 20ª Varas Cíveis Digitais.

Também no biênio foram realizadas correições em 76% das Comarcas de

1ª Entrância e em 89% das Comarcas de 2ª Entrância. Em termos de dias em correição, foram 51 dias de atividades nas Comarcas de Entrância Especial, 64 dias nas Comarcas de 1ª Entrância e 42 dias nas Comarcas de 2ª Entrância, o que totalizou 157 dias de correições presenciais durante o biênio 2009/2010.

Durante as atividades correicionais foram detectadas e avaliadas possíveis situações que pudessem afetar a celeridade da prestação jurisdicional, tomando-se as providências para a pronta solução. No interior, foram emitidos mais de 150 termos de correição judicial e na Capital, cerca de 25 termos. A única correição extraordinária deste biênio foi realizada no dia 9 de junho de 2009 na Vara Criminal da Comarca de Ponta Porã.

Foi preocupação constante da equipe da Corregedoria o aprimoramento dos procedimentos e a otimização dos processos de trabalho.

### Correições durante o Biênio 2009/2010

Entrância Especial	1ª Entrância	2ª Entrância
Dourados - 100%   Campo Grande - 63,8%	76%	89%
51 dias	64 dias	42 dias

# Corregedoria desenvolve ações de destaque voltadas para o extrajudicial

A Corregedoria-Geral de Justiça, ao longo do biênio 2009/2010, realizou correições ordinárias em 90 serventias extrajudiciais de Mato Grosso do Sul, o que representa 53,57% de todas as serventias do Estado. A grande quantidade de correições deve-se à preocupação da Corregedoria em manter a excelência na prestação dos serviços extrajudiciais que já despontam como referência para o restante do país.

O mês de junho de 2009 marcou a implantação do SIG-EX (Sistema de Informações Gerenciais Extrajudicial) que automatizou serviços e se constituiu em importante ferramenta para auxiliar os trabalhos da Corregedoria-Geral de Justiça nas serventias extrajudiciais.

O sistema teve sua origem da necessidade de aumentar o controle sobre os atos extrajudiciais e sobre a consequente geração de receita para o Funjecc. Contudo, a grande aceitação dessa ferramenta acabou transformando-a num efetivo canal de comunicação permitindo que a Corregedoria possa dar orientações sobre novos procedimentos, cobrar adequações, dentre outros pontos.

Um ano após a implantação do sistema, a arrecadação referente aos emolumentos do Funjecc teve um aumento de mais de 13% em relação ao período anterior ao funcionamento do SIG-EX. Outra vantagem da adoção do sistema foi a possibilidade de os usuários dos serviços notariais e registrais verificarem se os selos de autenticidade conferem com o respectivo ato praticado. No biênio 2009/2010, até 31 de outubro, foram utilizados mais de 9 milhões de selos.

O SIG-EX está sendo aprimorado



gradativamente com o intuito de permitir futuramente a virtualização dos serviços extrajudiciais. O primeiro passo foi dado em novembro de 2010, com a implantação dos selos digitais nas notas e registros, o que diminui custos, agiliza o processo e aumenta a segurança dos atos extrajudiciais.

Outro destaque no biênio foi a edição do Provimento nº 46, que permitiu e regulamentou a lavratura de Escritura de União Homoafetiva pelas Serventias Notarias do Estado de Mato Grosso do Sul. A norma reconheceu a união como verdadeira entidade familiar, permitindo que os casais homoafetivos que vivam uma relação duradoura, em comunhão afetiva, com ou sem compromisso patrimonial, possam legitimar seus relacionamentos e comprovar seus direitos.

De grande relevância, ainda, foi a publicação do Provimento nº 18, de agosto de 2009, que autorizou o registro civil de indígenas, com a possibilidade de registrar o nome indígena, a etnia e a aldeia de origem de seus pais. Tal medida possibilitou o desenvolvimento do projeto “Cidadania, Direito de Todos”, em conjunto com o CNJ.

# Judiciário de MS instala Juizados da Fazenda Pública

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, em cumprimento à Lei nº 12.153, de 22 de dezembro de 2009, e atendendo ao que dispõe o Provimento nº 7, da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça, instalou, no mês de junho de 2010, em todas as comarcas do Estado, os Juizados Especiais da Fazenda Pública.

De acordo com a resolução nº 42, que dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no Estado de MS, em Campo Grande, a 6ª Vara do Juizado atende as demandas de competência dos Juizados da Fazenda Pública. Em Dourados, são as varas dos juizados especiais cíveis e criminais, por distribuição. Em Corumbá e Três Lagoas, a demanda é atendida pelas varas dos juizados especiais e em Aquidauana, pela 1ª Vara Cível.

Ficou definido também que, nas Comarcas de 2ª entrância que não possuem varas especiais dos juizados, as varas com competência para as demandas dos juizados atendem também os casos da fazenda pública. Já nas

comarcas de 1ª entrância, os feitos tramitam nos juizados

adjuntos.

Os Juizados Especiais da Fazenda Pública começaram a funcionar no Estado de Mato Grosso do Sul no dia 23 de junho de 2010 e têm competência limitada às causas de interesse do Estado e dos Municípios no valor de até 60 (sessenta) salários mínimos.

As causas contemplam questões relativas a multas ou penalidades por infrações de trânsito; transferência de propriedade de veículos automotores, quando for requerido ao Departamento Estadual de Trânsito; IPVA; ICMS; ISQN e IPTU.

Não são de competência dos Juizados da Fazenda Pública as ações e causas mencionadas no § 1º do artigo 2º da Lei 12.513/2009, envolvendo as questões de interesse do Estado e dos Municípios, bem como aquelas já atendidas pelas demais Varas da Fazenda Pública.

Os processos que tramitam nas Varas da Fazenda Pública do juízo comum não foram redistribuídos às varas designadas para atender as demandas dos Juizados da Fazenda Pública, conforme dispõe os artigos 22, do Provimento nº 7 da Corregedoria do CNJ, e 24, da Lei nº 12.513/2009.

Os feitos em tramitação na 6ª Vara do Juizado da Comarca de Campo Grande foram igualmente distribuídos entre as demais varas do Juizado Central.





# Certidões negativas são emitidas gratuitamente pela internet

O jurisdicionado sul-mato-grossense tem à disposição, desde o dia 17 de dezembro de 2010, a Certidão Judicial Negativa *On-line*. Com a mudança, as certidões negativas, que custavam R\$ 20,00 e somente poderiam ser solicitadas presencialmente no cartório distribuidor, levando até três dias úteis para serem confeccionadas, passaram a ser solicitadas pela internet, de forma gratuita e automática.

Com o serviço, o cidadão pode obter quatro tipos de Certidões Judiciais Negativas *On-line*: cível, criminal, falência e da justiça militar estadual. O pedido é feito no Portal de Serviços E-SAJ, cujo *link* pode ser acessado na página inicial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

Além da gratuidade das certidões negativas, o serviço evita que o cidadão enfrente fila no cartório distribuidor para solicitar as certidões, como também garante agilidade na emissão do documen-

to, cujas orientações para recebimento da certidão (*download*) são encaminhadas para o *e-mail* indicado pelo solicitante.

Todavia, nos casos em que a certidão seja positiva ou haja alguma inconsistência nos dados indicados pelo solicitante, é orientado pelo *e-mail* encaminhado para que o interessado dirija-se ao cartório distribuidor para obtenção da certidão.

O judiciário sul-mato-grossense prima pela excelência nos serviços que oferece, e a atualização constante de suas tecnologias de informação permite a criação de projetos como este, que revertem em benefícios diretos para a população.





TRIBUNAL DE JUSTICIA  
COURT OF JUSTICE OF THE STATE OF CHICAGO, ILL.

# EVENTOS DO BIÊNIO



# Judiciário de MS destaca-se na **Semana da Conciliação** em 2009 e 2010

Ano após ano, o Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul segue com a missão de estimular o jurisdicionado à cultura da conciliação, cumprindo, dessa forma, com o objetivo de preservar a garantia constitucional do acesso à Justiça.

Em 2009, Mato Grosso do Sul foi o estado brasileiro que mais obteve sucesso, no que se refere a valores, nas audiências realizadas na Semana da Conciliação. Para que se tenha uma ideia do trabalho realizado nas 54 comarcas, o judiciário sul-mato-grossense fechou os trabalhos da conciliação com R\$ 251.282.967,46, em 5.089 audiências realizadas em primeiro e segundo graus.

No ano de 2010, mais uma vez os trabalhos foram intensos em Mato Grosso do Sul no objetivo de fomentar a cultura de conciliação na população do estado. No período de 29 de novembro a 3 de dezembro foram realizadas mais de 3,3 mil audiências, que totalizaram quase 10 milhões de reais em acordos homologados.

A Semana da Conciliação 2010 no Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul resultou na homologação de 1.269 acordos. Ao todo, foram realizadas 3.368 audiências e atendidas 9.048 pessoas tanto na Capital quanto no interior do Estado.

A novidade no movimento pela conciliação em 2010 foi a possibilidade de agendamento *on-line* de audiências de conciliação. Esta facilidade possibilitou às partes do processo com interesse em participar da Semana da Conciliação realizar o agendamento sem sair de casa, por meio de *banner* específico na página inicial do Tribunal de Justiça.

A Semana da Conciliação é uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e em Mato Grosso do Sul, pelo quarto ano consecutivo, foi coordenada pela Desa. Tânia Garcia de Freitas Borges.





## I Encontro do Fórum Nacional Fundiário é realizado em Campo Grande

De 29 de setembro a 1º de outubro de 2009, Campo Grande reuniu diversas autoridades no I Encontro do Fórum Nacional Fundiário para discutir e aprimorar a resolução dos conflitos fundiários no meio rural e urbano. A abertura foi realizada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça à época, Ministro Gilmar Mendes. Nos outros dois dias foram realizadas palestras e *workshops* para os participantes do encontro.

Como resultado do evento, foram encaminhadas ao Comitê Executivo do Fórum Nacional Fundiário 48 sugestões resultantes dos debates em quatro áreas distintas, mas correlacionadas entre si: *Workshop* Agrário, *Workshop* Trabalho Escravo, *Workshop* Regularização Fundiária e *Workshop* Urbano. Os trabalhos estão previstos no Planejamento Estratégico do

Poder Judiciário Nacional e inseridos nas metas referentes à garantia da celeridade na solução dos conflitos, na efetividade e na responsabilidade social do Poder Judiciário. No final das discussões, aprovou-se uma meta anual: "Identificar e reduzir em, no mínimo, 10% ao ano os conflitos fundiários rurais e urbanos, incluindo o trabalho escravo".

**Comitê em MS** - No mês de setembro de 2009 foi criado o Comitê Estadual para o Monitoramento e Resolução de Conflitos Fundiários Rurais e Urbanos. A criação do comitê estadual atende a solicitação do Comitê Executivo do Fórum Nacional para o Monitoramento e Resolução de Conflitos Fundiários Rurais e Urbanos, instituído em março de 2009 pelo Conselho Nacional de Justiça.



## MS sedia **Encontro Nacional das Escolas** do Judiciário

No mês de novembro de 2009 o Estado de Mato Grosso do Sul sediou o Encontro Nacional das Escolas de Treinamento e Gestores de Recursos Humanos do Poder Judiciário, realizado pela Secretaria da Escola do Servidor. O objetivo do encontro foi a troca de experiências entre as escolas em busca da uniformização das ações de treinamento e gestão de pessoas.

Ao todo, participaram 57 representantes dos tribunais de justiça de 23 estados e do Distrito Federal.

O evento atendeu o sétimo objetivo estratégico do Conselho Nacional de Justiça em 2009, de fomentar a interação e a troca de experiências entre os tribunais nos planos nacional e internacional.

# Poder Judiciário de MS comemora 30 anos de história

Em 2009, o Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul completou 30 anos de existência. Foram três décadas de história, garantindo dignidade, cidadania e justiça para o território sul-mato-grossense. E para comemorar a data, no dia 16 de dezembro de 2009, no plenário do Tribunal do Pleno, foi realizada uma sessão solene, com o lançamento de um livro comemorativo, um selo (em parceria com os Correios), um *pin* entregue aos magistrados, um *hotsite* no portal do TJMS e um vídeo com os principais momentos da história da justiça sul-mato-grossense.

O Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul completou 30 anos e, neste período, muitas foram as dificuldades. A evolução da ciência do Direito e a complexidade das re-

lações de uma sociedade em constante mudança multiplicaram os desafios. Em 30 anos, 16 administrações sucederam-se. Foram inúmeras as conquistas nestas três décadas e, todas elas, contudo, só foram possíveis graças ao trabalho contínuo de magistrados e servidores.

**Homenagens** - Durante a solenidade dos 30 anos, receberam a Comenda do Colar do Mérito Judiciário, o mais alto reconhecimento da justiça sul-mato-grossense, o desembargador aposentado Gilberto da Silva Castro, o procurador aposentado Afonso Nunes da Cunha, os deputados estaduais Ary Rigo e Londres Machado, o ministro do STF Eros Grau e a desembargadora federal Suzana Camargo Gomes.



# Pacijus: Campanhas presenteiam crianças e idosos carentes

Em 2009 teve início o Projeto para Ajuda à Criança e ao Idoso do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul (Pacijus). Em seu primeiro ano, 1.655 crianças tiveram seus desejos atendidos na campanha de Natal, que atendeu 27 instituições que auxiliam menores carentes.

No ano de 2010, o Natal foi mais feliz para 2.189 crianças e 114 idosos registrados pelo projeto. A Associação Pacijus tem por objetivo dar apoio às instituições que cuidam de crianças e idosos, por meio de projetos e programas relacionados ao desenvolvimento do bem-estar social e mental, envolvendo-os no lazer criativo, produtivo e participativo.







## Judiciário de MS promove Minicorrída

Desde as primeiras horas da manhã do dia 8 de maio de 2010, corredores começavam a se aglomerar em frente ao prédio do Tribunal de Justiça. Em clima de confraternização, por volta das 8 horas, foi dada a largada. Homens e mulheres juntos iniciaram o percurso de quase 5 quilômetros pelo Parque dos Poderes. Ao todo foram inscritos 344 participantes, dentre magistrados, servidores e seus dependentes.



A 1ª Minicorrída teve como objetivo estimular a prática esportiva dentro de um conceito de vida saudável, facilitar a integração de servidores e demais colaboradores, valorizar suas iniciativas como importantes agentes do Projeto de Qualidade de Vida e do Programa de Sustentabilidade no ambiente de trabalho.



# Judiciário de MS comemora

## 20 Anos dos Juizados Especiais

Em setembro de 2010 comemorou-se 20 anos de criação dos juizados especiais em Mato Grosso do Sul e uma solenidade especial foi realizada para marcar as duas décadas de implantação desta justiça que se tornou um verdadeiro modelo de justiça participativa e resolutiva.

Graças à visão de futuro de arrojos inovadores, Mato Grosso do Sul foi o primeiro estado brasileiro a instalar os juizados especiais. Com 15 varas e 50 juizados adjuntos, a justiça sul-mato-grossense orgulha-se de sua prestação jurisdicional rápida e com sensível redução dos custos operacionais - verdadeiro sonho de justiça mais efetiva, célere e presente.

Com a promulgação da Carta Magna, em outubro de 1988, em seu art. 98, tornou-se previsto que a União e os Estados criariam juizados especiais competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo – o que já era realizado pela justiça sul-mato-grossense que, por meio da Lei nº 1.071/90, criou os Juizados Especiais, colocando MS na vanguarda.

Apesar das especulações de que outros estados teriam sido pioneiros, Mato Grosso do Sul foi mais que inovador – foi inteligente por aproveitar a estrutura das varas já instaladas nas comarcas de 1ª e 2ª entrância para anexar os cartórios dos juizados especiais valendo-se, inclusive, dos mesmos magistrados. Vinte anos depois, a criação e implantação dos juizados especiais em território sul-mato-grossense foi um verdadeiro avanço para o jurisdicionado.

**Homenagens** - Na solenidade de

comemoração dos 20 anos, os primeiros juizes a atuar nos juizados especiais em MS receberam uma placa como forma de reconhecimento pela coragem de participar de projeto tão ambicioso e desbravador.

Entre os homenageados estavam os primeiros juizes a atuar nos juizados em Campo Grande: Darion Leão Lino, no 1º Juizado Cível, e Sideni Soncini Pimentel, no 3º Juizado Cível. Na área criminal atuaram João Maria Lós, no 1º Juizado Criminal, e Divoncir Schreiner Maran, no 2º Juizado Criminal.



*Legenda*

Os primeiros a judicar nos juizados da comarca de Dourados, que receberam as homenagens, foram Edson Ernesto Ricardo Portes, no 4º Juizado Cível; Ademair Pereira, no 5º Juizado Cível; Tenir Miranda, no 4º Juizado Criminal, e Paulo

Alfeu Puccinelli, no 5º Juizado Criminal.

A ministra Fátima Nancy Andrighi (STJ), grande apoiadora dos juizados especiais, foi homenageada com a comenda do Colar do Mérito Judiciário, o mais alto reconhecimento da justiça sul-mato-grossense. Outro a receber o reconhecimento público foi o desembargador aposentado Nildo de Carvalho – ele era membro da administração no biênio em que a Lei nº 1.071, que criou os Juizados Especiais em MS, foi sancionada.

Não bastasse o reconhecimento da sociedade pelo trabalho realizado em 20 anos de prestação jurisdicional nos juizados especiais, para marcar a data o Tribunal de Justiça lançou um selo comemorativo e uma revista especial, relatando os principais momentos da história desse trabalho desde sua criação.



## Audiência pública no TJMS debate novo Código de Processo Civil

No dia 20 de setembro de 2010 o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul sediou uma audiência pública do Senado Federal para o debate do novo Código de Processo Civil (CPC). Foram realizadas audiências em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Florianópolis, Campo Grande e Goiânia.

No total, 40 pessoas entre desembargadores, juízes estaduais e federais, promotores e advogados fizeram uso da palavra na audiência.

O novo CPC não será uma revolução, apenas uma atualização, e a previsão é que, após aprovado, terá um ano para entrar em vigor.

# Projeto “Cidadania, Direito de Todos” cadastra mais de mil índios em MS

Nos dias 23 e 24 de outubro de 2010 teve início o projeto do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) “Cidadania, Direito de Todos” na Capital de Mato Grosso do Sul. Com o apoio da Corregedoria-Geral de Justiça do TJMS e de diversas instituições locais foi organizada a ação em duas escolas públicas para garantir o acesso a documentos como RG e CPF aos indígenas que vivem em aldeias urbanas de Campo Grande e região.

Ao todo, foram cadastrados 1.070 índios. Nos dois dias da ação, seis salas de atendimento foram disponibilizadas para cada documento ou modalidade de serviço. A Fundação Nacional do Índio (Funai) atendeu 220 pessoas em busca do Rani (Registro Administrativo de Nascimento de Índio). Outros 258 indígenas buscaram os serviços dos cartórios de registro civil para obtenção da Certidão de Nascimento.

Nos dois dias foram também emitidos 217 CPFs e 216 RGs, além de 78 Carteiras de Trabalho e outros 73 atendimentos realizados pela Defensoria Pública. Os índios que não conseguiram emitir seus documentos no dia serão atendidos numa segunda fase do projeto programada para ocorrer no ano de 2011. Nos documentos constam a aldeia e etnia de cada um, ou seja, a ação buscou garantir a manutenção da identidade cultural e social do povo indígena.

A partir da experiência em MS, o projeto se fortalece para ser implantado em outras regiões do país, mantendo o foco de garantir acesso à documentação civil aos indígenas que habitam as zonas urbanas, os quais enfrentam dificuldades pela falta desses documentos.



## Tribunal de Justiça de MS recebe inspeção do CNJ



A Corregedoria Nacional de Justiça realizou, de 29 de novembro a 3 de dezembro de 2010, inspeção nas unidades judiciárias e administrativas do judiciário de Mato Grosso do Sul. Qualquer cidadão devidamente identificado pôde ser atendido individualmente no TJMS por servidores da Corregedoria Nacional de Justiça, a fim de que sua manifestação fosse documentada. No período foram registrados cerca de 300 atendimentos pela equipe de servidores do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Durante a inspeção, juízes e servidores da Corregedoria do CNJ percorreram as unidades de primeiro e segundo grau do Judiciário Estadual, no intuito de verificar os problemas enfrentados e as boas práticas adotadas.

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul foi o 18º inspecionado pela Corregedoria Nacional.

**Audiência** - No dia 1º de dezembro de 2010 foi realizada audiência pública com objetivo de ouvir os cidadãos com sugestões, notícias, reclamações ou

observações capazes de contribuir para o aprimoramento da prestação jurisdicional no judiciário de Mato Grosso do Sul. Mais de 400 pessoas acompanharam a audiência, realizada no plenário do Tribunal Pleno, que foi transmitida simultaneamente em telões nos demais plenários do TJ e na Galeria dos Desembargadores.

A audiência foi presidida pela ministra Eliana Calmon, corregedora nacional, com auxílio dos desembargadores Josué de Oliveira, corregedor-geral de justiça de MS, e Paulo Alfeu Puccinelli, presidente do TJMS. Trinta e oito pessoas fizeram uso da palavra no evento.





